



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2007**

Fevereiro 2008

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	5
1.1 – Identificação.....	6
1.2 – Responsabilidades Institucionais	6
2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	12
2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	13
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007	17
3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE	19
3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário	19
3.1.1.1 - <i>Ações na área de Comunicação Social da SEAE</i>	19
3.1.1.2 - <i>Ações na área de Ouvidoria</i>	20
3.1.2 – Comissão de Ética.....	21
3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica.....	21
3.1.3.1 – <i>PACE</i>	21
3.1.3.2 – <i>PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório</i>	23
3.1.3.3 - <i>Acordo de Cooperação Técnica com a FGV</i>	24
3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais.....	25
3.2.1 - Evolução Tecnológica	25
3.2.1.1 - <i>Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos</i>	25
3.2.1.2 – <i>Bases de Dados Estatísticas</i>	27
3.2.1.3 - <i>Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera</i>	27
3.2.1.4 - <i>Sistemas RH e RTI, SIGIN e Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo)</i>	28
3.2.1.5 - <i>Infra-estrutura tecnológica</i>	28
3.3 - Gestão De Recursos Humanos - Dados Situacionais.....	29
3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais	43
3.4.1 – Suprimento de Fundos/Serviços	43
3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão.....	43
3.5.1 - Controle interno da gestão	43
3.5.2 - Controle externo da gestão.....	45
4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	45
4.1. Programas	45
4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.....	47
4.1.1.1 - <i>Dados gerais</i>	47
4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência	48

4.1.2.1 - Dados gerais	48
4.1.2.2 - Principal Ação do Programa	48
4.1.3 - Resultados	57
5 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	60
5.1. Indicadores de Gestão.....	60
5.1.1 – Indicadores de Eficiência	60
5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico	60
5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Conduas Anticoncorrenciais”	61
5.2 - Indicadores de Eficácia	61
5.2.1 - Orçamento e finanças	62
5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias.....	62
5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas	62
5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA	62
5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos.....	62
5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	63
5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais.....	63
5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria.....	63
5.3 – Indicadores de Economicidade	63
5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática	63
6 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 190347, relativo ao exercício de 2006 (conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU- 85/2007).....	64
7 – Determinações do TCU Referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 016.774/2006-2, Relativo ao exercício 2005 (conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	65
8 – Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja Inferior àquele Estabelecido pelo Tribunal em Normativo Específico, emitido pelo setor competente, conforme Inciso I do Art. 7º da IN TCU 13/1996.....	65
9 – Demonstrativo Relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a Aprovação da Prestação de Contas dos Recursos Financeiros Repassados, mesmo que apresentada Intempestivamente, ou tenha ocorrido e recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do Art. 7º da IN TCU 13/1996.....	65
10 – Demonstrativo contendo informação relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficando a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de Tomada de Contas Especial, conforme § 3º do Art 197 do RI TCU.	65

11 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas.	66
12 – Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme disposto no Anexo X, além de outras informações que julgar necessárias.	66
13 – Informação sobre as entidades fechada de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.	66
14 – Demonstrativo do Fluxo Financeiro de projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos Ocorridos no Ano e acumulados até o período em exame.	66
15 – Resultados do Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação dos Projetos e das Instituições Beneficiadas por Renúncia de Receita Pública Federal, bem como o Impacto Sócio-Econômico gerado por essas atividades, apresentando, ainda, Demonstrativos que Expresssem a Situação Atual destes Projetos e Instituições.	66
16 – Resultados da Avaliação do Impacto Sócio-Econômico das Operações de Fundos.	66
17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.	67
ANEXO I - PLANEJAMENTO 2008 - ÁREA DE GESTÃO.	68
1.1 - Diretrizes Estratégicas:	69
1.2 – Metas por área de Gestão.	70
ANEXO II - PLANEJAMENTO 2008 – ÁREA FINALÍSTICA.	76
ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.	100



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**

1 - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 47, de 27 de outubro de 2004 e suas alterações, nas Decisões Normativas TCU n.ºs 85 e 88, de 19 de setembro e de 28 de novembro de 2007, respectivamente, na Norma de Execução CGU n.º 5, de 28 de dezembro de 2007, que estabelecem as diretrizes, os princípios e os conceitos para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e as instruções sobre a formalização dos processos de tomada e de prestação de contas, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2007.

Este Relatório de Gestão visa relatar o andamento e a execução dos Programas e Ações pelos quais a Secretaria de Acompanhamento Econômico é responsável, de acordo com os critérios definidos no Plano Plurianual (PPA 2004-2007) e outras ações de gestão que a Secretaria julga importantes. A compatibilidade entre as Ações preconizadas no PPA e as informações detalhadas na Instrução Normativa n.º 47 TCU permite a comparação entre a atuação da Secretaria e o Programa de Governo ora em curso, além de possibilitar o uso de indicadores de desempenho, a fim de medir a economicidade, a eficiência e a eficácia das ações a cargo desta unidade administrativa.

Partindo-se dessa premissa, este Relatório de Gestão detalhará, inicialmente, as responsabilidades institucionais desta Secretaria de Acompanhamento Econômico, a estratégia de atuação conjuminada às ações de gestão mais importantes e relevantes para a Secretaria, em seguida os Programas e Ações de Governo executadas pela SEAE, os indicadores de gestão que permitem a aferição da eficiência, da eficácia e da economicidade da ação administrativa, as medidas para sanear as disfunções estruturais, os projetos de modernização institucionais de longo prazo e os dados situacionais e processos de controle. Por fim, este relatório informará o impacto sócio-econômico da atuação da SEAE.

1.1 – Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da SEAE

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE	
Natureza jurídica	Órgão singular	
Vinculação ministerial	Subordinado ao Ministério da Fazenda	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SEAE foi criada em 1/1/1995, pela MP 813. Para o ano de 2007, as competências e a estrutura organizacional estão definidas no Decreto 6.102, de 30.4.2007 (DOU de 2.5.2007). Este foi revogado pelo Decreto 6.313, de 19.12.2007 (DOU 20.12.2007) que passou a vigorar a partir de 2.1.2008.	
CNPJ	00.394.460/0407-98	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Acompanhamento Econômico – Unidade Gestora 170004, Gestão 00001	
Código da UJ titular do relatório	idem	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica à SEAE	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.seae.fazenda.gov.br/	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	125 – Normatização e fiscalização	
Tipo de atividade	422 – Direitos Individuais, Direito Coletivo e Direitos Difusos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004

1.2 – Responsabilidades Institucionais

A missão institucional da SEAE é delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda, no tocante à elaboração e gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência econômica dos mercados produtores e consumidores, a melhoria do bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico.

Nos moldes do Decreto nº 6.102, de 30 de abril de 2007, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, CNPJ 00.394.460/0407-98, Unidade Gestora 170004, Gestão 0001, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, foi criada por meio da Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, funciona em Brasília e conta com duas Unidades Descentralizadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço da página institucional na Internet é <http://www.seae.fazenda.gov.br/>

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 10º Andar - Sala 1029 – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20020-010
Telefones: +55 21 3805-2077 / 3805-2075 - Fax: +55 21 3805-2079

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 2102
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A SEAE foi criada em 1º de janeiro de 1995, por meio da Medida Provisória nº 813, como resultado do desmembramento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu papel em questões relativas ao acompanhamento de preços e ao reajuste de tarifas públicas, herdou parte de estrutura de unidades do Executivo responsáveis, no passado, pelo controle de preços da economia, a exemplo do extinto Conselho Interministerial de Preços - CIP.

A questão do acompanhamento econômico, no entanto, é bastante anterior à criação da SEAE, remetendo-se à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços - CONEP - criada, em 23 de fevereiro de 1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB. A CONEP estava autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e creditício a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos. Em 29 de agosto de 1968, foi instituído o Conselho Interministerial de Preços - CIP -, com a atribuição de fixar e fazer executar as medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Em 24 de setembro de 1979, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - SEAP, sendo sucedida, em 10 de maio de 1990, pelo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), subordinado à Secretaria Nacional de Economia do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Mais recentemente, em 19 de novembro de 1992, era instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Política Econômica, que, desmembrada dois anos depois, deu origem à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A SEAE é o principal Órgão do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e atuar na repressão a condutas anticoncorrenciais e anticompetitivas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não-regulados.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a SEAE integra, junto com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal desse Sistema é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. A atuação

desses órgãos é pautada pela Lei de Defesa da Concorrência – Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e subdivide-se em três vertentes: o controle de concentrações (ou controle de estruturas de mercado), via apreciação de fusões, aquisições e incorporações de empresas; a repressão a condutas anticoncorrenciais e a promoção ou “advocacia” da concorrência.

No que se refere ao acompanhamento e controle de concentrações de atividades de mercado, o SBDC atua analisando preventivamente se a concentração entre empresas (fusões, aquisições, incorporações etc.) pode causar efeitos prejudiciais à concorrência. Os atos de concentração têm, potencialmente, efeitos negativos e positivos sobre o bem-estar econômico. Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de poder de mercado pela empresa concentrada – aumento de preços, fundamentalmente - enquanto os efeitos positivos derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, entre outros, que podem proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes.

A SEAE procede, então, a uma análise dos custos e dos benefícios dos atos de concentração, sugerindo a aprovação daqueles que gerarem efeitos líquidos não-negativos para o bem-estar econômico e a reprovação ou a adoção de medidas corretivas em relação àqueles que gerarem efeitos líquidos negativos. Para ponderar custos e benefícios dos atos de concentração, a SEAE e a SDE utilizam o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, adotado em agosto de 2001, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/>, no link de Guias para Análise Econômica.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O Cade aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

A promoção ou “advocacia” da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na disseminação da “cultura da promoção da concorrência” e ao papel de, direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que a concorrência seja incentivada ao máximo.

No que se refere à área de regulação, a atuação da SEAE visa à elevação da eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A SEAE trabalha permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir, aos mercados, a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao

fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a SEAE possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, a SEAE tem, em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras criadas após o advento da citada Lei.

O acompanhamento de mercados, conforme mencionado, representa a terceira esfera de atuação da Secretaria.

A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas conseqüências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo na última década, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, conseqüentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da SEAE, a macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como global trader e mercado consumidor de grande potencial, a consolidação do Mercosul, com a decorrente ampliação do mercado consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

É nesse contexto que a SEAE, ao exercer a atividade de acompanhamento de mercados, busca identificar qualquer conduta dos agentes econômicos que possa vir a afetar o funcionamento normal da atividade econômica. Para exercer tais atividades, a SEAE tem buscado o intercâmbio com outros órgãos governamentais – entre os quais se destaca a cooperação com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN), bem como com as entidades privadas relacionadas aos assuntos em foco, além de marcar presença nos fóruns internacionais e nacionais pertinentes como representante do Ministério da Fazenda nos assuntos ligados à defesa da concorrência e regulação econômica.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração

tarifária e acesso a mercados, por exemplo, OMC e Mercosul); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas antidumping e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos antidumping, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A SEAE dedica-se também a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de Pareceres para apoiar aquele Órgão na defesa da União em processos em que esta é ré. Essas duas atividades são desenvolvidas pela COGCE (Coordenação-geral de Controle de Estrutura de Mercado).

O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Assim, observa-se que a SEAE expandiu suas atribuições em decorrência das necessidades que surgiram para o atendimento das missões propostas pelo Plano Real e também devido à maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

De acordo com o Art. 11 do Decreto n.º 6.102, de 30 de abril de 2007, publicado no DOU de 2.5.2007, a SEAE teve, até 31 de dezembro de 2007, as seguintes competências¹:

I - delinear, coordenar e executar as ações do Ministério, no tocante à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência, o bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico;

II - assegurar a defesa da ordem econômica, em articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência:

a) atuando no controle de estruturas de mercado, emitindo pareceres econômicos relativos a atos de concentração no contexto da Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994;

b) procedendo a análises econômicas de práticas ou condutas limitadoras da concorrência, instruindo procedimentos no contexto da [Lei n.º 8.884, de 1994](#); e

c) realizando, em face de indícios de infração da ordem econômica, investigações de atos ou condutas limitadoras da concorrência no contexto da Lei n.º 9.021, de 30 de março de 1995, e da Lei n.º 10.149, de 21 de dezembro de 2000;

III - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, opinando, a seu juízo ou quando provocada, dentre outros aspectos, acerca:

a) dos reajustes e das revisões de tarifas de serviços públicos e de preços públicos;

¹ O Decreto 6.102, de 30 de abril de 2007, foi revogado pelo Decreto 6.313, de 20 de dezembro de 2007, que passou a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2008.

b) dos processos licitatórios que envolvam a privatização de empresas pertencentes à União, com o objetivo de garantir condições máximas de concorrência, analisando as regras de fixação das tarifas de serviços públicos e preços públicos iniciais, bem como as fórmulas paramétricas de reajustes e as condicionantes que afetam os processos de revisão; e

c) da evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos a processos de privatização e de descentralização administrativa, para recomendar a adoção de medidas que estimulem a concorrência e a eficiência econômica na produção dos bens e na prestação dos serviços;

IV - autorizar e fiscalizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;

V - autorizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que tratam os Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;

VI - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;

VII - acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo;

VIII - promover o desenvolvimento econômico e o funcionamento adequado do mercado, nos setores agrícola, industrial, de comércio e serviços e de infra-estrutura:

a) acompanhando e analisando a evolução de variáveis de mercado relativas a produtos ou a grupo de produtos;

b) acompanhando e analisando a execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, interagindo com órgãos envolvidos com a política de comércio exterior;

c) adotando, quando cabível, medidas normativas sobre condições de concorrência para assegurar a livre concorrência na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços;

d) compatibilizando as práticas internas de defesa da concorrência e de defesa comercial com as práticas internacionais, visando à integração econômica e à consolidação dos blocos econômicos regionais; e

e) avaliando e se manifestando acerca dos atos normativos e instrumentos legais que afetem as condições de concorrência e eficiência na prestação de serviços regulados e de livre comercialização, produção e distribuição de bens e serviços.

IX - formular representação perante o órgão competente, para que este, querendo, adote as medidas legais cabíveis, sempre que for identificada norma ilegal e/ou inconstitucional que tenha caráter anticompetitivo;

X - desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo; e

XI - promover a articulação com órgãos públicos, setor privado e entidades não-governamentais também envolvidos nas atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo.

Como mencionado anteriormente, a partir de 2 de janeiro de 2008, a SEAE passou a ter nova estrutura organizacional com base no Decreto 6.313, de 20 de dezembro de 2007. Tal Decreto revogou o Decreto 6.102/2007, assim como incorporou novas atribuições relacionadas ao acompanhamento do desenvolvimento dos diversos setores da economia e aos programas estratégicos de desenvolvimento do governo.

2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Desde sua criação e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da Secretaria era a defesa da concorrência. Ocorre que a partir de então, o Governo tem priorizado crescentemente em sua agenda temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a SEAE tem sido bastante demandada nesse sentido.

A partir de abril de 2007, a SEAE recebeu nova gestão e diversas alterações de atribuições e cargos foram negociadas sob demanda do Senhor Ministro e em colaboração com a Secretaria Executiva.

As alterações visavam à incorporação pela SEAE das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), ao acompanhamento dos diversos setores da economia do mercado interno e externo, e à passagem para a Secretaria de Política Econômica (SPE) da área de análise de política agroindustrial e o relacionamento com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a SEAE, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no GEPAC (Grupo Gestor do PAC - GEPAC). A SEAE passou a freqüentar todas as salas de situação e a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido Plano de Desenvolvimento.

Outra alteração significativa nas atribuições regimentais da SEAE foi a incorporação do acompanhamento econômico dos diversos setores da economia, com avaliação das variações dos preços relativos, do movimento concorrencial dos mercados internos e dos mercados externos, de forma não só a promover a concorrência doméstica, mas também acompanhar as estratégias de concorrência internacional *vis-à-vis* acordos firmados internacionalmente.

Por fim, a terceira grande alteração regimental ficou por conta da transferência para a SPE das atribuições de acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo. A SEAE então deixa de ser a responsável regimental pela elaboração de políticas agrícolas e agroindustriais no MF.

Aliado a esse fato, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional Projeto de Lei que dispõe sobre as Agências Reguladoras (PL nº 3.337/04). A SEAE receberá, no âmbito desse novo marco, novas atribuições. Pelo PL, as Agências deverão passar a solicitar ao órgão de

defesa da concorrência do Ministério da Fazenda (SEAE) pareceres sobre minutas de normas e regulamentos que serão objeto de consulta pública, conforme o art. 22 transcrito a seguir:

“Art. 22. No exercício de suas atribuições, incumbe às Agências Reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.

§ 4º As Agências Reguladoras solicitarão parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre as minutas e propostas de alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários dos serviços prestados, quinze dias antes da sua disponibilização para consulta pública, para que possa se manifestar, no prazo de até trinta dias, sobre os eventuais impactos nas condições de concorrência dos setores regulados”.

Além disso, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 5.877/05, que alterará a Lei de Defesa da Concorrência e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O resultado líquido dessa alteração será a diminuição de atribuições obrigatórias da SEAE em relação à análise de atos de concentração e a ampliação de suas atribuições nas áreas de promoção da concorrência (principalmente em setores regulados) de acompanhamento de mercado e de avaliação de marcos regulatórios.

2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

O Projeto de Lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência decorre de uma avaliação que, ao longo dos últimos anos, se vem fazendo sobre o seu funcionamento. No âmbito do Governo Federal, tal processo começou ainda em 2000, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial que envolveu a Casa Civil e os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Desse esforço e do intenso debate com a sociedade, é que decorre o PL nº 5.877/2005.

Como forma de sanear as dificuldades enfrentadas pelo SBDC, foi encaminhado um Projeto de Lei que propõe o redesenho institucional do Sistema e a criação de um mecanismo de provisão periódica de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior), a ênfase no combate a condutas de alto potencial ofensivo aos consumidores, uma nova sistemática de análise de fusões e aquisições, mediante o estabelecimento da análise prévia e o aperfeiçoamento dos critérios de notificação.

O modelo proposto implicará agilização do trâmite dos processos e a priorização de casos que representem maior probabilidade de dano aos consumidores, gerando o aumento da eficiência administrativa, a redução do custo para o administrado e uma implementação mais efetiva da defesa da concorrência.

Isso será possível graças à unificação da instrução dos processos e a seleção dos casos que serão encaminhados pela Superintendência-Geral ao Tribunal, nos casos em que haja efetivamente risco de dano ou prejuízo à concorrência.

O projeto estabelece a análise prévia de fusões e aquisições e aperfeiçoa os critérios de notificação. Foi proposto que o SBDC emita seu juízo em relação às fusões e aquisições que se enquadrem nos critérios de notificação previamente à sua consumação. Dessa forma, as partes envolvidas são incentivadas a colaborar ao máximo para a celeridade da análise, ao mesmo tempo em que são grandemente ampliadas as opções para a solução de problemas concorrenciais eventualmente surgidos.

O aperfeiçoamento do critério para a notificação de fusões e aquisições se dá mediante a inclusão de trava adicional para a necessidade de notificação de operações. Passa a ser necessário que, pelo menos um dos grupos envolvidos tenha registrado, no ano anterior à operação, o faturamento bruto ou volume de negócios no país igual ou superior a quatrocentos milhões de reais e adicionalmente que, pelo menos outro grupo envolvido, tenha registrado faturamento ou volume de vendas igual ou superior a trinta milhões de reais.

Existe ainda um enorme potencial de ganho de bem-estar para a sociedade por intermédio do aumento da concorrência nos mais diversos setores, regulados ou não, pela racionalização das normas e regras fixadas pelo próprio Estado. Há sempre o risco de que alíquotas de importação, direitos *antidumping*, normas técnicas, requisitos ambientais, requisitos de segurança e de saúde, que procuram garantir objetivos absolutamente necessários e fundamentais de política pública, sejam desvirtuados e utilizados como barreiras para a entrada de novos concorrentes e para a livre concorrência. Como o acompanhamento e o poder de influência no desenvolvimento de normas e regras tende a ser maior por parte das grandes empresas, a promoção da concorrência tende a ser favorável aos pequenos e médios empresários, que passam a contar com um ambiente de negócios em que todos concorrem em pé de igualdade.

Atualmente no SBDC, a tarefa de promoção da concorrência não está claramente alocada a nenhum dos seus órgãos. Essa falta de foco, combinada à hipertrofia da atividade de análise de fusões e aquisições, fez com que a promoção da concorrência ainda seja uma atividade secundária no Sistema vigente.

O modelo organizacional proposto pelo projeto de reforma procurou corrigir essa distorção fazendo uma clara distinção entre a função principal do Novo CADE, que como autarquia autônoma será o guardião e o aplicador da Lei de Defesa da Concorrência, e a função principal da SEAE, a qual retornará à promoção da concorrência.

Para poder exercer essa função de maneira efetiva, a SEAE permanece como parte do SBDC, mas continuará sendo uma secretaria diretamente ligada ao Ministério da Fazenda mantendo, dessa forma, a necessária inserção no processo de debate interno de governo para o desenvolvimento das políticas públicas que possam ter impacto sobre as condições de concorrência nos mercados e a manutenção dos incentivos à produção e ao crescimento econômicos.

As medidas propostas ensejam um passo fundamental para a agenda de desenvolvimento do governo e constituem-se absolutamente necessárias para a consolidação do ambiente institucional-legal que permitirá ao País desenvolver uma política de defesa da concorrência contemporânea, que, efetivamente, tenha condições de zelar pelo livre funcionamento dos mercados e, dessa forma, garantir condições estáveis e previsíveis para a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Apesar de a atuação da SEAE na área de regulação econômica já estar prevista no rol de competências da Secretaria, a ênfase nesse ramo de atividade vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos.

Nesse sentido, a proposta de redesenho organizacional visa à antecipação de parte da estruturação institucional que a Secretaria deverá fazer quando da aprovação do PL, para fazer face ao aumento da ênfase de sua atuação na área de regulação econômica e acompanhamento do lado real da economia. Em sendo aprovado o PL do SBDC (5877/05), a SEAE necessitará implementar nova estrutura uma vez que não haverá necessidade de manter o contingente de técnicos na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e cuja atividade de avaliação técnica de atos de concentração deverá ser realizada pela equipe técnica em Brasília. A área de gestão da SEAE já elaborou projeto de modernização institucional adequando a Secretaria ao novo modelo de atuação, com o novo SBDC.

De acordo com o Decreto de Estrutura Regimental 6.102, a SEAE esteve estruturada até 31 de dezembro de 2007 da seguinte forma,:

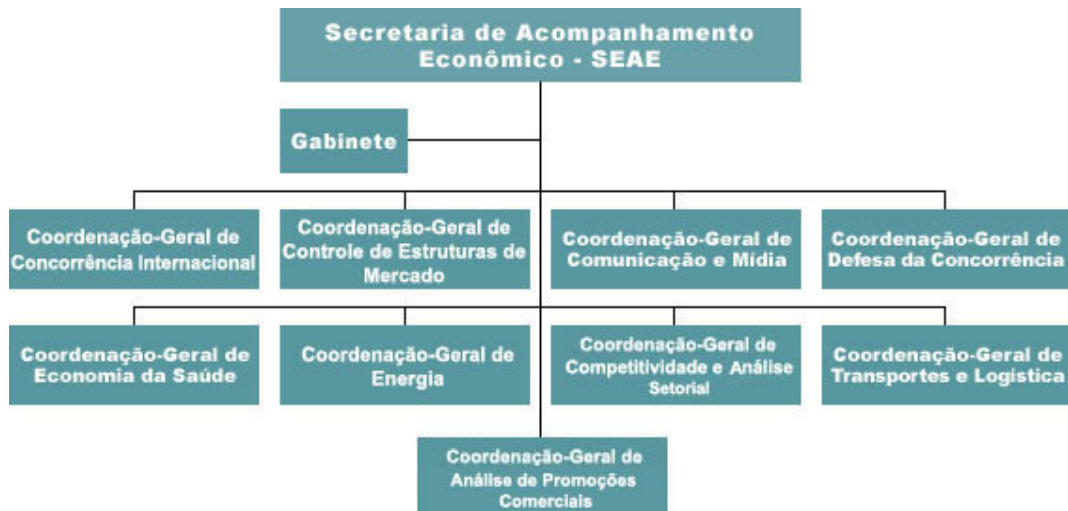
- i) Coordenação-Geral de Análise de Mercados – COGAM;
- ii) Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais – COGPA;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência - COGDC e
- viii) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico.



Figura 2 - A partir de 2008, a SEAE passará a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional – COGCI;
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais – COGAP;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial – COGCS;
- viii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência – COGDC; e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.



3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007

Diversas atribuições foram alteradas na área finalística da SEAE durante o ano de 2007, juntamente com a área de gestão da SEAE, que já vinha de um processo de melhoria contínua de seus processos de trabalho, manteve o ritmo de execução, destacando-se as seguintes ações:

- Organização de reuniões periódicas de coordenação com a finalidade de se avaliar criticamente as atividades desenvolvidas e de serem detectados os problemas, os gargalos e as oportunidades de melhoria em cada área;
- Organização de reuniões periódicas do Gabinete (Secretário, Adjuntos e Chefia de gabinete) com os Coordenadores-Gerais, seja individualmente, seja com todo o grupo;
- Elaboração participativa de rol de metas anuais e semestrais com acompanhamento periódico do desenvolvimento das mesmas;
- Discussão da interface de uma área com as demais, a fim de racionalizar os processos de trabalho evitando assim o desperdício de esforço e recursos;
- Alocação da área de conformidade documental da Secretaria em sala isolada, com chave individual e armários trancados para a armazenagem dos processos;
- Intercâmbio de pessoal entre as Gerências, a fim de promover a “oxigenação” das áreas;
- Adoção do método de gerenciamento por metas públicas para cada área, com prazos definidos, disponibilizadas na intranet da Secretaria;
- Racionalização da prestação dos serviços de secretária e de copa;
- Adequação do quantitativo de pessoal alocado às atividades de gestão e de apoio.

Durante o ano de 2007, após assunção da nova gestão, o processo de melhoria de gestão continuou a ser intensificado e foi priorizado o fortalecimento institucional da área de gestão. Foi definido o Planejamento 2008 (ANEXO I), que estabeleceu para as áreas um total de 63 metas a serem cumpridas ao longo do ano, buscando-se a consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados, o aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão e o aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE.

Além disso, foi iniciado o processo de melhoria do bem-estar e condições de trabalho dos servidores, com a aquisição de mobiliário ergonomicamente adequado e moderno, previsto desde 2003, e aquisição de 93 cadeiras com braço e 70 cadeiras sem braço, levando-se em conta a ergonomia, a tecnologia de ponta, a durabilidade efetiva e a padronização de design.

A reforma nesta Secretaria objetivou racionalizar a utilização do reduzido espaço físico existente, uma vez que os novos arranjos de mobiliário mais moderno acrescentaria à SEAE novas estações de trabalho. Além da racionalização do espaço proporcionada por mobiliário mais enxuto, foram implantadas e/ou renovadas 110 estações de trabalho, ante as 97 existentes no início do ano passado. A SEAE, já no limite de sua ocupação física, avaliou como indispensável e extremamente positivo o ganho, considerado significativo, de 13 %, ou seja, 13 postos físicos de trabalho a mais, sem qualquer alteração da metragem quadrada disponível.

A medida ainda assim é considerada pela gestão atual como paliativa. Há que se realizar, e está no planejamento de 2008, uma reforma ampla com alteração de *lay-out* e distribuição de salas, com derrubada de divisórias, alteração da espessura das colunas internas e colocação de vidros, estilo meia-parede, com o objetivo de iluminar os espaços internos e corredores e assim diminuir a dependência de luz artificial durante o dia.

Há ainda um processo de negociação com outras secretarias, através da Secretaria Executiva e SPOA, para cessão de espaço físico adicional, uma vez que a SEAE cresceu em atribuições, recursos humanos e não recebeu espaço físico proporcional. Gestões foram feitas durante o ano de 2007, quando a SEAE participou do Grupo de Trabalho, coordenado pela SPOA/MF, visando ao mapeamento dos espaços físicos disponíveis no MF em todos os prédios do Distrito Federal. O resultado foi apresentado à Secretaria Executiva, que deverá deliberar durante o ano de 2008, haja vista que o modelo apresentado sugere racionalização e padronização da ocupação e distribuição dos espaços físicos do Ministério.

Durante o ano de 2007, a SEAE realizou ainda a aquisição de aparelhos de fax, picadores de papel e aparelhos de ar condicionado, conforme detalhado abaixo:

- Aparelhos de ar condicionado: 32 aparelhos (instalação a partir de março de 2008);
- Aparelhos de fax: 11 aparelhos (8 em Brasília e 3 no Rio de Janeiro); e
- Picadores de papel: 3 aparelhos (2 em Brasília e 1 no Rio de Janeiro).

Para 2008, a SEAE já elaborou e disponibilizou na Intranet o Planejamento 2008 para as áreas finalística e de apoio logístico (ANEXO I e II).

O resultado do processo de modernização institucional iniciado em 2007 (nova distribuição de funções e atribuições) já provou uma significativa elevação da qualidade do trabalho das diversas Gerências que compõem a área de gestão, mas também as Coordenações-Gerais que compõem a área finalística, bem como uma diminuição significativa na relação do quantitativo de servidores alocados à área de gestão e de apoio quando comparado ao quantitativo de servidores alocados à área técnica. Em 2006, a proporção era de 1,06 e, em 2007, a proporção decresceu para 0,99.

3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE

3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário

3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE

Reconhecendo a importância de que se reveste a Assessoria de Comunicação Social dentro de uma instituição pública, vale ressaltar as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2007 visando maior aproximação e melhor conhecimento mútuo entre o cidadão e o governo, com vista ao estreitamento das relações institucionais com outros órgãos e com a sociedade brasileira. O atendimento à imprensa, por exemplo, é um dos carros chefe da comunicação, em conformidade com os preceitos da Assessoria de Comunicação Social do Ministro – Ascom/Gab-MF.

Além dessa função, a assessoria de comunicação da SEAE desenvolve outras atividades interligadas com a Comunicação, entre elas está a avaliação de conteúdo de a atualização do portal da SEAE, o acompanhamento de matérias publicadas nos jornais de grande circulação, a elaboração do *Clipping* diário, o envio de comunicados institucionais e principalmente o tratamento de mensagens recebidas no e-mail institucional: seae@fazenda.gov.br. O mural físico localizado no corredor central da SEAE também integra o rol de atividades nessa área e o objetivo é utilizá-lo para reforçar as informações encaminhadas por meio de outros canais de comunicação.

É importante salientar que parte dessas ações gera uma estatística que compõe um registro na rede corporativa da Secretaria, a qual contempla o número de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação que citam a SEAE e o número de entrevistas concedidas pelo Gabinete, visando tornar público a complexidade dos assuntos tratados pela Secretaria e o resultado dos trabalhos executados pelos técnicos.

Além dos tópicos mencionados, faz-se necessário citar os projetos de suma importância que estão sob a supervisão da SEAE, como o Programa de Intercâmbio nas áreas de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, já na 8ª edição. O objetivo é proporcionar aos estudantes de graduação, mestrado e doutorado a oportunidade de participar da formação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a concorrência e a regulação dos diversos setores da economia. As atividades do intercâmbio são realizadas anualmente em Brasília e no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro e julho. Em todas as edições, a SEAE recebeu um número expressivo de currículos, aproximadamente 100 por edição.

Outro projeto de destaque é o PRÊMIO-SEAE, cuja finalidade é estimular a pesquisa acerca dos temas subjacentes à defesa da concorrência e à regulação econômica e difundir esses temas junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade na Administração Pública. O Prêmio é concedido em duas categorias, estudantes de graduação e profissionais que concorrem com trabalhos individuais e em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade. Na categoria estudantes, o 1º colocado recebe R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o 1º colocado na categoria profissionais recebe R\$ 20.000,00. Todos os trabalhos serão publicados no Livro do PRÊMIO a ser impresso no início de 2008.

3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu artigo 37, § 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência, e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A Ouvidoria da SEAE reflete um esforço e uma abertura da direção da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. Também reflete uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços, estabelecendo um relacionamento intenso entre a SEAE e o usuário do canal de comunicação direto, leia-se Ouvidoria.

O aludido canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela SEAE, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa, por outro lado, de forma efetiva para o processo de melhoria permanente do atendimento e das expectativas dos usuários internos e servidores.

Diante dessas considerações, é importante verificar que o instrumento "Ouvidoria", recentemente incorporado às estruturas da administração pública e, por sua vez, implantado na SEAE, tem mostrado resultados que indicam, segundo dados publicados no Relatório da Ouvidoria-Geral, um impacto positivo junto à sociedade. No ano de 2007 a Ouvidoria da SEAE recebeu 22 mensagens (Denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios), todas foram solucionadas em tempo hábil. Para aprimorar o atendimento prestado pelos ouvidores do MF, a Ouvidoria-Geral implementou recentemente um novo sistema de recepção de mensagens. O trabalho do Ouvidor setorialista é realizado em parceria com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, pois, envolve um compromisso institucional de todos os ouvidores, de se pautarem nos princípios de atendimento e na satisfação dos usuários. O ouvidor acompanha todos os processos, até a solução final, seja com o atendimento ou com os esclarecimentos necessários de cada demanda. Busca a credibilidade junto ao cidadão, por meio da eficiência no cumprimento do seu papel, seguindo os princípios do sigilo e reserva das informações, da agilidade, da transparência de suas ações e da isenção no trato das questões.

A Ouvidoria-Geral é o “termômetro” da instituição, pois recebe a avaliação sobre o funcionamento das atividades executadas pelas secretarias do Ministério. A Ouvidoria do Ministério da Fazenda é composta por uma rede de ouvidorias hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição e por ela coordenadas.

Atuação

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);
- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;

- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

3.1.2 – Comissão de Ética

A Secretaria de Acompanhamento Econômico – Seae, imbuída da responsabilidade por zelar pela efetividade das normas de conduta, constituiu, por meio da Portaria n° 39, de 11/07/2002, a Comissão de Ética Setorial da SEAE – CESEAE, responsável pelas funções da gestão da ética, como o aperfeiçoamento de normas, educação, orientação, monitoramento da observância e apuração de desvios na observância das normas de conduta. A CESEAE conta com um plano de trabalho e se reúne periodicamente.

Em 2007, considerando a necessidade de aperfeiçoamento das normas de conduta, a CESEAE aprovou, por meio da Resolução n° 01, de 27 de julho de 2007, um novo Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional, voltado para os servidores da Secretaria.

A divulgação das informações relevantes sobre ética é também uma preocupação da SEAE. Todo servidor ao iniciar suas atividades na Secretaria recebe um exemplar do Código de Ética, além de outras comunicações feitas por meio de correio eletrônico, e-mail institucional, memorando circular, Intranet da SEAE, e ainda, eventos informativos sobre ética no serviço público, com objetivo de promover a educação para a ética no âmbito da Secretaria.

3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica

3.1.3.1 – PACE

O Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável (PACE), promovido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), corresponde ao empréstimo realizado pelo Banco ao Governo Brasileiro, no valor de US\$ 12,2 milhões de dólares, com o objetivo de apoiar atividades de assistência técnica destinada a promover o aumento da produtividade da economia brasileira. O Programa envolve projetos e estudos destinados a promover reformas microeconômicas nas áreas de logística, clima de negócios, sistema financeiro e inovação.

Sobre o clima de negócios, o foco do PACE está “no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares”.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda é uma das entidades governamentais que participa do PACE, na área de REGULAÇÃO, inserida no Componente 2 do Ministério da Fazenda: elaboração de estudos que contemplem propostas de melhoria do marco regulatório em diversos setores. Em 2007, foram várias as ações realizadas –

especialmente, estudos e estágios profissionais –, algumas delas ainda estão em andamento. Para 2008, já se encontram planejadas novas ações na área de regulação.

Os dois principais tipos de projetos são o de Estudos de Alta Complexidade e o de Estágios Profissionais no Exterior, mas também foram incluídas aquisições de bancos de dados e de softwares avançados. Dentre os temas já contratados no âmbito do Programa, estão os referentes ao setor de planos de saúde, infra-estrutura de transportes, medicamentos, telecomunicações. Além desses, por meio do PACE, foram realizadas contratações de projetos diversos, merecendo destaque a realização do I Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica - Prêmio SEAE 2006.

O detalhamento a seguir ilustra a abrangência e o sucesso da parceria entre a SEAE e o PACE, não apenas pelo crescente número de projetos executados, mas principalmente pelos resultados positivos alcançados, comprovados pela alta qualidade dos trabalhos contratados e sua pertinência e adequação para a dinamização da economia nacional.

Os Projetos de Estudos desenvolvidos ou em desenvolvimento são os seguintes:

1. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor Brasileiro de Planos de Saúde" - concluído;
2. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor de Transporte Aéreo Nacional" - concluído;
3. Contratação de consultor para "Elaboração de Termo de Referência - ISO 9001" - concluído;
4. Elaboração de Estudo e Mapeamento de "Mercados relevantes de Medicamentos" - em execução;
5. Elaboração de Estudo sobre "Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil" - em execução;
6. Elaboração de Estudo sobre a "Experiência Internacional em Antidumping e Guia para Análise Econômica de Processos de Investigação de Dumping" - em execução;
7. Participação no processo de impressão do livro do "I Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica", que teve a cerimônia de premiação realizada em 29 de novembro de 2006, com a íntegra das 13 monografias premiadas – ainda em execução.

Já os Estágios Profissionais no Exterior realizados:

1. Capacitação Profissional de servidora da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada com regulação estatal na área de loterias e apostas, na Instituição "Loterias y Apuestas Del Estado", em Madrid, Espanha – concluído;

2. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte, em Londres, Reino Unido - concluído;
3. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada à formulação de políticas e à regulação estatal na área de infra-estrutura aeroportuária, em Londres, Reino Unido – concluído;
4. Capacitação Profissional do Secretário-Adjunto da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte e infra-estrutura, em Londres, Reino Unido - concluído;

Dentre os demais produtos obtidos por meio do PACE merecem destaque: contratação da “Base de dados ABI/INFORM global e ABI/INFORM trade and Industry”, pela empresa ProQuest, e aquisição de “Software E-Views 5.1.”.

Além dos projetos apresentados, estão previstas as contratações de pelo menos mais dois Projetos em 2008, cujos termos de referência já foram elaborados e que dependem de aprovação por parte do Banco Mundial. As temáticas desses projetos também são de extrema relevância e incluem desenvolvimento de sistema para regulação do mercado de prêmios e sorteios, e mapeamento de processos de trabalho da SEAE.

3.1.3.2 – PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo Federal. Este projeto é fruto de um programa de assistência técnica com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID e está a cargo de um Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto presidencial nº 6.062 de 16 de março de 2007, tem como principal objetivo fortalecer:

- a) o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;
- b) a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- c) a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- d) a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

Uma peça central de qualquer projeto de reforma regulatória é a implementação de procedimento intitulado “Análise do Impacto Regulatório” (AIR), que é um elenco de métodos

para chegar a decisões de política regulatória, baseados na análise sistemática e consistente de impactos potenciais derivados da regulação governamental.

A maneira mais popular de implementá-lo é através de metodologias de análise da relação de custo e benefício. A AIR é utilizada, na maioria dos países da OCDE, em diferentes níveis: em alguns países, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (como os EUA e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos sub-objetivos do PRO-REG visa o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades análogas existentes em outros países, principalmente os países membros da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, provavelmente teria também a incumbência de exercer algum tipo de Análise de Impacto Regulatório sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras. O acordo de empréstimo, apesar de aprovado em 2007, só prevê execução física e financeira a partir de 2008.

3.1.3.3 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

O acordo de cooperação técnica firmado entre Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo MF, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações entre cientistas, mestres, doutores, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos de interesse recíproco voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- b) concessão de bolsas de estudo de especialização, em nível de pós-graduação, e de aperfeiçoamento técnico;
- c) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- d) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- e) quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitado a finalidade do presente acordo de cooperação.

Projetos executados no período de 2007

- Aprimoramento Econométrico do Índice de Preços de Bens Não-comercializáveis e Desenvolvimento do Núcleo de Inflação – Comercializáveis, Não-comercializáveis e Administrados;

- Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação da Transmissão de Preços ao Longo da Cadeia Produtiva; e
- II Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE - 2007

A SEAE elaborou durante o ano de 2007 nove novos projetos e submeteu ao Comitê Gestor do Acordo de Cooperação, lotado na Secretaria Executiva do MF, para análise. Estamos aguardando o julgamento do mérito para iniciar estes projetos durante o ano de 2008.

3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais

3.2.1 - Evolução Tecnológica

3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos

A SEAE vem gradativamente implementando durante os últimos anos um processo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Dentre as medidas, podem ser destacadas as seguintes:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, antecipando-se aos problemas que porventura possam ocorrer, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;
- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas *Littera* (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos e RTI - Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, o desenvolvimento de aplicativos para automação dos serviços de suporte para o Gabinete, a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da INTRNET SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via *Web*, para a sociedade em geral.

A SEAE utiliza os serviços de infra-estrutura tecnológica providos pelo Serpro, que disponibiliza uma rede de computadores segura e com desempenho razoável, ainda que tenhamos enviado diversas notificações de erros àquele órgão, acesso a Sistemas Corporativos, eficientes recursos de correio eletrônico e hospedagem de sítios (como a página da Secretaria na Internet - <http://www.SEAE.fazenda.gov.br>) prestando serviços, quase sempre, compatíveis com as necessidades da Secretaria.

Quanto ao desenvolvimento de aplicativos (sistemas), a experiência passada da Secretaria mostra que o Serpro é uma empresa que atende melhor as demandas relativas à infraestrutura tecnológica e a grandes volumes de dados, baseados em computadores de grande porte (plataforma alta). Assim, demandas de menor volume, sem escala econômica, baseadas em plataforma baixa (estações de trabalho), tendem a ficar prejudicadas.

Nesse contexto, o histórico de demandas por sistemas de informação àquela empresa não se mostra positivo ou crescente. Assim, a SEAE optou por adotar um modelo de gestão de recursos tecnológicos para o atendimento adequado das necessidades da Secretaria que utiliza o contrato com o Serpro para a parte de infraestrutura tecnológica, correio eletrônico e projetos específicos e procede à contratação, por meio de licitação, de empresas de mercado que possam desenvolver de forma ágil as demandas de menor volume, baseadas em plataforma baixa, sem a intermediação do Serpro. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento dos Sistemas *Littera* (nesse caso a demanda inicial foi direcionada para o Serpro e este teve dificuldades operacionais, que só foram resolvidas com a contratação de empresa especializada no mercado – *EMC2*), RH - Gestão de Recursos Humanos e RT - Gestão dos Recursos Tecnológicos e Informativos.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários seguem o padrão de mercado, estando, portanto, atualizados tecnologicamente. O parque é composto por 202 microcomputadores contratados na modalidade de locação e adquiridos por meio de licitação realizada pela SPOA (116 computadores - *Microcity* e 86 computadores - *Investplan*).

No final do ano de 2007, encerrou-se o contrato de locação de 119 Micros com a Empresa *Microcity* e esses equipamentos serão substituídos, no início de 2008 por equipamentos adquiridos pela SPOA por meio de registro de preços.

Ainda que não seja a primeira opção de provimento do parque tecnológico da SEAE, a modalidade de “compra” e ou “aquisição” se tornou uma tendência a partir do momento em que as empresas estenderam a garantia e os termos de assistência técnica; o custo dos equipamentos ficaram mais acessíveis apesar de exigir um investimento inicial maior, mas, no final, relativamente menor que na modalidade locação; e, adicionalmente, os microcomputadores apresentarem uma vida útil que atende, em termos de tecnologia, por no mínimo 3 (três) anos que é o tempo de garantia e assistência técnica praticada atualmente.

As impressoras são igualmente objeto de contratação no mercado pela SPOA/MF (impressoras laser mono - *TN Industrial* e posteriormente *Computeasy* e laser color – *Premier*), mediante pagamento por cópia impressa. O cabeamento lógico e elétrico também é objeto de contrato entre a SPOA e a empresa do mercado (*Delta*).

Com esse modelo contratual, evita-se a defasagem tecnológica e as implicações negativas junto aos usuários que poderiam advir de uma eventual defasagem.

Esse modelo de contratação tem se mostrado eficaz, considerando-se que possibilita ter permanentemente atualizados os recursos de *hardware* e possibilita também poder contar com

suporte *on site* prestado pelo fornecedor de forma ágil. Outro aspecto importante é que todos os equipamentos estão cobertos por garantia de fábrica, com reposição de máquinas *back-up* em até 48 horas, o que se torna mais difícil no processo de aquisição e praticamente impossível depois de expirado período de garantia de máquinas de propriedade do órgão governamental.

Considerando a qualidade dos equipamentos locados, a SEAE avaliou que foram obtidas significativas reduções nos custos de manutenção, com elevado índice de disponibilidade, o que gerou, adicionalmente, reflexos positivos na produtividade da Secretaria, nas três unidades – BSB, RJ e SP.

A partir de julho de 2006, foi iniciada a captação de dados estatísticos para medição do tráfego e de acessos ao sítio da Secretaria (www.SEAE.fazenda.gov.br). O número de visitantes no período de julho a dezembro de 2006 foi de 64.337, com média mensal de 10.723.

Para o ano de 2007, o sítio da SEAE recebeu 138.127 visitantes, com média mensal de 11.511, apresentando uma elevação de 7% em relação à média de 2006. Esses números mostram a utilidade das informações disponíveis para a sociedade em geral.

3.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas

A Secretaria disponibiliza para os seus Servidores acesso a agências e bases de dados de empresas, pagas ou através de convênios, que disponibilizam várias fontes de informações com: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos (Base ISI – *Emerging Markets* - contratada no final do ano de 2007); acesso em tempo real sobre conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); informações sobre o comércio exterior (Info Consult – Tec Web); e serviço informativo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (OLISNext – OCDE).

Os Sistemas Corporativos são acessados através da Rede Serpro e são ferramentas importantes para a área de Gestão (Comprot, Siads, Siafi, Siape e Siasg) e as áreas finalísticas (Alice, CPF-CNPJ, Lince e Sisbacen).”

3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera

Este sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, tem como finalidade o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de Processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria, inicialmente no tocante a atos de concentração.

No ano de 2007, manteve-se a continuidade no aprimoramento do Sistema *Littera* mediante a inclusão de novos processos denominados “Consulta CADE”. Este procedimento visa à melhoria do acesso e da transparência na consulta pública dos processos analisados pela SEAE. Também, foi dado início ao Projeto para acessar, via WEB, o sistema *Littera* WEB,

cujas conseqüências serão a eliminação de licenças *desktop* e a minimização da necessidade de manutenção do sistema e de suporte ao usuário.

Na Plataforma *Lotus Notes*, na qual foi desenvolvido o Sistema *Littera*, os outros aplicativos continuaram a ser aprimorados, tais como a Agenda SEAE, Reserva de Recursos, Contatos Externos e Biblioteca.

3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, SIGIN e Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo)

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RH) disponibiliza dados (Gestão de Pessoas) de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle das férias. Todos os dados foram mantidos atualizados em 2007 e foi disponibilizada consulta para todos os Servidores da SEAE. O RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos (RTI), que disponibiliza o cadastro de toda infra-estrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando os recursos existentes aos usuários.

O Sistema de Gestão de Indicadores Econômicos (SIGIN) é um sistema de gestão do acervo de informações da SEAE. Por meio de sua interface *Web* é possível obter informações sobre os mercados selecionados pela Secretaria. Em 2007, os dados continuaram limitados a três séries de dados: Índice de Preços, Setor Químico e Siderurgia. Acessar o Sistema no endereço: http://www.SEAE.fazenda.gov.br/servicos_main/indicadores

Em 2007 a idéia central da gestão para a INTRANET foi a reformulação do *Layout* e a reorganização dos conteúdos referentes à Área de Gestão, especialmente no tocante ao armazenamento e reorganização das Políticas e Procedimentos internos da SEAE. A INTRANET atualizada e modernizada se constitui, assim, em um grande avanço no sentido do compartilhamento efetivo e da recuperação de dados e informações pelos servidores da Secretaria, sendo, na prática, um grande instrumento para a institucionalização das informações.

Cabe mencionar que a SEAE tinha grande expectativa acerca do projeto de unificação de todas as intranets do ministério e construção do portal corporativo do MF, projeto do qual a SEAE participou ativamente durante o ano de 2006 e parte de 2007, e que foi desenvolvido com a participação de todas as secretarias do Ministério da Fazenda, organizado e coordenado pela Diretoria de Gestão da Secretaria Executiva. Infelizmente esse projeto, apesar de esforços individuais e do conjunto das secretarias, não havia sido reiniciado até o final de 2007.

No final do ano foi apresentada internamente a proposta para organização da agenda de trabalho da Área Finalística e a mesma constituiu meta a ser implementada em 2008.

3.2.1.5 - Infra-estrutura tecnológica

Em termos de atualização do parque tecnológico foi realizado o *upgrade* de 86 estações de trabalho Investiplan, com o incremento de memória para 2 GB. Mediante contrato da SPOA/MF, o parque de impressoras foi modernizado com redução de custo.

Em 2007, foram mantidos os serviços em um servidor totalmente configurado com *softwares* livres (*Linux, Mysql, Apache, PHP-Nuke e OpenOffice*) que não exigem o pagamento de licenças, no qual está hospedado o Gerenciador de Conteúdo da SEAE (Intranet). O servidor segue os padrões recomendados pelo governo (*softwarelivre.gov.br*), e atende plenamente as exigências da Secretaria.

3.3 - Gestão De Recursos Humanos - Dados Situacionais

Em 2007, tal qual ocorreu em anos anteriores, a SEAE continuou se ressentindo do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. Não advogamos em prol de uma carreira específica. O Ministério da Fazenda possui carreiras de servidores bastante bem preparados, com formações acadêmicas adequadas ao exercício das funções da SEAE para atender nossas necessidades e preencher a demanda por pessoal qualificado da Secretaria.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão-de-obra qualificada, quais sejam, a elevada rotatividade de pessoal aliada à ausência de um sólido comprometimento organizacional, que por sua vez dificultam a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal na SEAE, em 2007, 35% (27 servidores de 78 técnicos) do quadro afeto à área finalística deixou a SEAE e teve de ser substituído.

No ano de 2007, também foi discutida a criação da Carreira Fazendária com a Secretaria Executiva e demais órgãos fazendários, que, em parte, solucionaria os problemas internos do Ministério em relação aos servidores terceirizados e sem vínculo. Contudo, até o final de 2007, esta medida não havia sido aprovada pelo Ministério do Planejamento.

No que se refere ao SBDC, como mencionado anteriormente, foi incluído no Projeto de Lei a necessidade de prover o sistema com 200 cargos técnicos, a serem inicialmente preenchidos por servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), mas enquanto o projeto não for convertido em Lei, todo o sistema permanecerá à mercê das movimentações de recursos humanos e da rotatividade em decorrência da natureza dos cargos comissionados, dificultando a ação do gestor público na captação de mão-de-obra qualificada para a SEAE.

Ao final de 2007, a Secretaria contava com um total de 155 servidores, sendo 78 na área finalística e 77 na área de apoio logístico. 54% dos servidores são do sexo feminino, enquanto 46% são do sexo masculino.

O tempo médio de permanência na SEAE é de 4 anos na área finalística, e de 6 anos, na área de apoio logístico. A idade média dos servidores é 37 anos nas áreas finalística e de apoio logístico.

Na área finalística, 91% dos servidores possuem nível superior completo, ao passo que na área de apoio logístico, esse número cai para 17%. A maior parte dos servidores da área finalística tem graduação na área de Economia e fala mais de um idioma.

As tabelas abaixo mostram os cargos comissionados e as funções gratificadas da Secretaria e a distribuição do efetivo total entre a área finalística e a de apoio logístico, além da formação acadêmica do pessoal que compõe o quadro de servidores da SEAE.

Tabela 2 – Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.

<i>ÁREA FINALÍSTICA</i>	<i>QTDE</i>
TOTAL DE TÉCNICOS	78
com vínculo	52
sem vínculo	26
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	69
com vínculo	43
sem vínculo	26
TOTAL DE TÉCNICOS	78
CONAB	2
MF (PCC)	2
MP (Gestor)	25
PETROBRAS	1
UFBA	1
UFRJ	1
SERPRO	1
STN	10
Comissionado com vínculo	43
Comissionado sem vínculo	26
Sem comissão e com vínculo	7
SERPRO	1
CEF	3
STN	3
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	2
MP (Gestor)	2

Fonte: SEAE/MF

Tabela 3 – Demonstrativo da área de apoio logístico da SEAE discriminado por servidores.

<i>ÁREA MEIO</i>	<i>QTDE</i>
TOTAL DE APOIO	77
com vínculo	24
sem vínculo	11
terceirizado	23
estagiário	19
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	22
com vínculo	12
sem vínculo	10
TOTAL DE APOIO	77
Comissionado com vínculo	12
BB	2
MF (PCC)	6
SER/PSE SERPRO	4
Comissionado sem vínculo	11
Sem comissão e com vínculo	5
SERPRO	5
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	7
MF (PCC)	6
STN	1

Fonte: SEAE/MF

Tabela 4 – Demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas.

QTDE	CARGOS EM COMISSÃO	QTDE	FUNÇÃO GRATIFICADA
1	DAS 6	3	FG 1
2	DAS 5	11	FG 2
9	DAS 4	3	FG 3
20	DAS 3		
43	DAS 2		
23	DAS 1		
TOTAL 98		TOTAL 17	

Fonte: SEAE/MF

Tabela 5 – Demonstrativo dos cargos em comissão distribuídos por área finalística e área de apoio logístico.

CÓDIGO DAS	ATIVIDADE	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO
101.6	Secretário	1	0
101.5	Secretário-Adjunto	2	0
101.4	Chefe de Gabinete	1	0
101.4	Coordenador-Geral	8	0
101.3	Coordenação	0	2
101.3	Coordenador	1	0
102.3	Assessor Técnico	17	0
101.2	Gerente	0	6
101.1	Chefe de Núcleo	0	9
102.2	Assistente	34	0
102.1	Assistente Técnico	6	6
	TOTAL	70	23

Fonte: SEAE/MF

Tabela 6 – Distribuição do efetivo da SEAE – posição em 31.12.2007

ATIVIDADE FINALÍSTICA			ATIVIDADE DE APOIO LOGÍSTICO	
QTDE	ATIVIDADE	FORMAÇÃO	QTDE	ATIVIDADE
1	Secretário	Economia	2	Coordenador de Gestão
1	Secretário-Adjunto	Economia	6	Assistente Técnico
1	Secretário-Adjunto	Economia/Direito	6	Gerente
1	Chefe de Gabinete	Economia/Matemática	9	Chefe de Núcleo
4	Coordenador-Geral	Economia	15	Secretária
1	Coordenador-Geral	Engenharia	19	Estagiário
1	Coordenador-Geral	Relações Internacionais	2	Operador de Xerox
2	Coordenador-Geral	Direito	3	Mensageiro
1	Coordenador	Economia	15	Aux. Téc. Adm.
10	Assessor Técnico	Economia		
3	Assessor Técnico	Administração		
1	Assessor Técnico	Direito		
1	Assessor Técnico	Economia/Direito		
1	Assessor Técnico	Engenharia Civil		
1	Assessor Técnico	Matemática		
1	Assistente	Economia/Direito		
2	Assistente	Administração de Empresas		
2	Assistente	Administração Pública		
19	Assistente	Economia		
1	Assistente	Relações Internacionais		
1	Assistente	Comunicação Social		
5	Assistente	Direito		
2	Assistente	Engenharia Civil		
1	Assistente	Matemática		
2	Assistente Técnico	Economia		
1	Assistente Técnico	Engenharia Mecânica		
1	Assistente Técnico	Direito		
1	Assistente Técnico	Secretariado-Executivo		
3	Técnico	Economia		
1	Técnico	Administração de Empresas		
1	Técnico	Engenharia Civil		
1	Técnico	Ciências Contábeis		
1	Técnico	Relações Internacionais		
1	Técnico	Administração Pública/Publicidade e Propaganda/Ciências Sociais		
1	Técnico	Ensino Médio		
SUBTOTAL	78		77	
TOTAL		155		

Fonte: SEAE/MF

A natureza das atividades da SEAE enseja a necessidade de treinamentos específicos, tanto na área de defesa da concorrência e regulação, quanto no que se refere aos sistemas informatizados implementados ou em uso no âmbito da Secretaria. Tais oportunidades têm sido viabilizadas pela Secretaria que, ademais, segue dando estímulo a seus servidores para que freqüentem cursos e treinamentos oferecidos por instituições públicas e privadas, além de propiciar a participação do seu corpo técnico em seminários e outros eventos de destaque na área de defesa da concorrência e regulação tanto em nível nacional como internacional.

Ações de divulgação de informações referentes a cursos, seminários e workshops, patrocínio de cursos e oferta de vagas fazem parte da estratégia de incentivo à capacitação técnica que tem sido adotada por esta Secretaria com bons resultados.

Durante o ano de 2007, a SEAE buscou intensificar a capacitação da equipe técnica para o desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias à maior focalização da Secretaria em atividades relacionadas à regulação. Vários técnicos participaram de ações de treinamento diversas sobre aspectos regulatórios relativos aos setores específicos sobre os quais a Secretaria trabalha.

A tabela abaixo traz a relação completa das ações de treinamento desenvolvidas em 2007.

Tabela 7 – Ações de treinamento realizadas em 2007

	EVENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	Curso de Inglês	5
2	Fórum sobre Perspectivas da Agricultura	1
3	Aspectos Práticos e Operacionais da Implantação do Regime de Metas de Inflação	2
4	Seminário sobre Dinâmica e Perspectivas do Setor Elétrico	1
5	9º Encontro Tele-Síntese	1
6	IV Fórum Brasileiro Sobre as Agências Reguladoras	4
7	1º <i>Wireless Mundi</i> "Banda larga sem-fio: as tecnologias na disputa".	2
8	Mestrado em Economia do Setor Público	1
9	3ª Jornada de Estudos de Regulação	1
10	6º Fórum Jurídico UNIDAS	1
11	Seminário Perspectivas para o <i>Agribusiness</i> em 2007/2008	2
12	Congresso Internacional da Carne	1
13	V Congresso Brasileiro de Regulação	5
14	IV Simpósio Nacional <i>Abimilho</i>	1
15	Curso de Direito e Economia	2
16	Curso sobre Indicadores para Regulação da Prestação dos Serviços de Água e Esgotos	1
17	Módulo de Direito Constitucional	1
18	6º Tela Viva Móvel	2
19	8º Fórum Brasil - Mercado Internacional de Televisão	2

20	Desafios e Perspectivas para o desenvolvimento das PPP no Brasil	1
21	7º Seminário de Inverno - A indústria Cultural e a Internet	2
22	Curso Intensivo de Direito a Saúde Suplementar	1
23	PHP 5 com <i>Ajax</i> e <i>Webservices</i>	1
24	Gestão da Tecnologia da Informação	4
25	3º Simpósio de Gestão em Saúde Suplementar	1
26	Curso de Gestão <i>Arquivística</i> de Documentos	3
27	7º Seminário sobre Comércio Internacional	2
28	Curso Preços do Petróleo: Evolução Histórica e Perspectivas de Longo Prazo	1
29	34º Conferência Internacional Anual de Política <i>Antitruste</i>	1
30	7º Simpósio Internacional de Economia da Saúde	1
31	XVII Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, sobre a contribuição da Propriedade Intelectual para a Aceleração do Crescimento	1
32	XXII Semana do Economista e II ciclo de Palestras do curso de mestrado de Economia da UEM	1
33	II Seminário Internacional de Energia Elétrica e Gás Natural	1
34	XXII Congresso Internacional do CLAD sobre a reforma do Estado e da Administração	1
35	Curso "A Nova Lei de Saneamento"	1
36	I Seminário Internacional de Gás Natural Liquefeito da Petrobrás	1
37	2º CMEP - Congresso Brasileiro de meios Eletrônicos de Pagamento	1
38	XIII Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico - SEPEF	1
39	Curso Regular de Português	1
40	Seminário Brasil-Europa: Cidadania, Competitividade e Desburocratização	1
41	Curso de Matrizes Insumos - Produtos: Teoria, usos e aplicações em Políticas Econômicas	11
42	Congresso TV 2.0	2
43	II Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	3
44	Fórum Global sobre Governança	1
45	II Congresso Internacional de Direito Administrativo da Cidade do Rio de Janeiro	1
46	Seminário <i>Carbon Finance</i> : Estruturação financeira de Projetos de MDL	1
47	Curso de Formação de Preços em Comércio Exterior	2
48	VIII Encontro da Associação Brasileira de Economia da Saúde	1
49	1º Seminário <i>Wireless Broadband</i> (Perspectivas para o mercado de banda larga e celular)	1
50	XXXV Encontro Nacional de Economia da ANPEC	3
51	Reunião Ampliada do Comitê Gestor de Produção Mais Limpa - IV Semana Paulista de P+L	1

52	Seminário a Regulação da Cobrança de Tarifas Bancárias	1
53	Apresentação dos Modelos Mundiais de Tratamento de Tarifas	1
54	Capacitação em Mudanças Climáticas e Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	2
55	Curso de Análise Crítica da Modelagem Financeira e Resultados Obtidos nos Projetos de PPP	1
56	IV Congresso Internacional de Gestão do conhecimento na esfera Pública	1

Fonte: SEAE/MF

Além disso, cabe ressaltar que a SEAE passou a integrar do Comitê de Capacitação do Ministério da Fazenda e em meados do ano iniciou trabalho de planejamento dos cursos e treinamentos de interesse da Secretaria e enviou todo o planejamento de cursos e treinamentos à SE/MF para inclusão no Plano de Capacitação Permanente (PCP) do Ministério, a ser executado em parceria com a ESAF – Escola de Administração Fazendária e, na ausência de expertise da Escola, com outros parceiros que a Escola porventura venha a nos indicar.

A tabela abaixo traz o quantitativo do pessoal cedido e requisitado.

Tabela 8 - Quantitativo de pessoal cedido e requisitado

Posição 31.12.2007

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS		
ÓRGÃO CESSIONÁRIO		QTDE
Ministério das Comunicações		1
MPOG		3
MPDFT		1
TOTAL		5
SERVIDORES CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS		
ÓRGÃO CESSIONÁRIO	NOME	QTDE
Ministério das Comunicações	ALBA LÚCIA DA SILVA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ DA SILVA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	LANA MARIA ALVES DE SOUZA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ ONOFRE MIRANDA DE SOUSA	1
Ministério Público do DF e Territórios	LEDA VIEIRA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	1
TOTAL		5

QUANTITATIVO DE SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS		

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	QTDE
BANCO DO BRASIL	2
CEF	3
CONAB	2
PETROBRAS	1
UFRJ	1
UFBA	1
SERPRO	11
TOTAL	21

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS		
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
BB	ARTUR EMÍLIO DE REZENDE	1
BB	MARIA D'ARC LOPES BESERRA	1
TOTAL		2
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
CEF	JOSÉLIA CRISTINA N. DE ARAÚJO ALMEIDA	1
CEF	PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE ARAÚJO	1
CEF	SIMIÃO ESTELITA SÁ DE OLIVEIRA	1
TOTAL		3
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
CONAB	KICHIRO MANDAI	1
CONAB	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	1
TOTAL		2
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
SERPRO	MÔNICA BEHRENS AZEVEDO PALMEIRA	1
SERPRO	FERNANDO DA SILVA SANTIAGO	1
SERPRO	IVAN FIGUEIREDO NOVAES	1
SERPRO	JÊCER DA SILVA AMARAL	1
SERPRO	JORGE DE ALMEIDA GOUVÊA	1
SERPRO	MARIA HELENA FERRARI	1
SERPRO	ODETH ALVES DA SILVA	1
SERPRO	PAULO CESAR TEIXEIRA FERNANDES	1
SERPRO	SANDRA PERRONE	1
SERPRO	SERGIO PAIVA DA SILVA	1
SERPRO	SUELY ALVES NAZARET	1
TOTAL		11
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
PETROBRAS	CELSO DE MELO PINTO	1

TOTAL		1
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
UFRJ	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	1
TOTAL		1
ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
UFBA	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	1
TOTAL		1
TOTAL DE SERVIDORES REQUISITADOS		21

Fonte: SEAE/MF

Quanto à informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002, vale salientar que tais dados já estão inseridos no Relatório de Gestão 2007 da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos daquela instituição, conforme as informações prestadas por meio do Memorando 137 COGRH/SPOA/MF, de 12.02.2008.

Em relação às viagens de fim-de-semana, apenas 10% das viagens realizadas nesta Secretaria incluíram finais de semana e feriados e as mesmas foram realizadas em decorrência de adequação de agenda, de forma que o servidor estivesse presente no destino em tempo hábil ao compromisso previamente programado. Foi dado especial enfoque aos procedimentos de concessão de diárias em cumprimento às disposições contidas no parágrafo 2º do art. 5º do Decreto 5.992/2006.

A tabela abaixo traz os valores pagos relativos a diárias incluindo final de semana ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos e motivação.

Tabela 9 – Diárias pagas no final de semana e feriados

NR.	NOME	TRECHO	VALORES PAGOS-R\$	PERÍODO DO AFASTAMENTO	MOTIVO DA VIAGEM
1	LUIZ CLÁUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES	RIO/BSB/RIO	1482,82 (11,5)	15 A 26/1/2007	BRASÍLIA: PARTICIPAR DAS REUNIÕES DE LISTA DE EXCEÇÃO A TEC E ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS; DO GRUPO TÉCNICO DE DEFESA COMERCIAL; DO ACOMPANHAMENTO DAS REUNIÕES DA OMC; DAS DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO PARA ANÁLISE DOS PLEITOS DE ALTERAÇÃO TARIFÁRIA DEFINITIVA NO ÂMBITO DO CT-01; E DO TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS TECWEB E LINCE FISCO. NO PERÍODO DE 15 A 26/1/2007.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2007

2	CLAUDIA ASSUNÇÃO DOS SANTOS VIEGAS	BSB/SÃO/BSB	0,00	28 A 29/1/2007	SÃO PAULO: PARTICIPAR DE REUNIÕES SOBRE SANEAMENTO BÁSICO NA SABES-SP; PERSPECTIVAS DO SETOR ELÉTRICO NA CCEE/CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E REUNIÃO SOBRE O NOVO FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE AC, NA SEAE/SP.
3	MARCELO BARBOSA SAINTIVE	BSB/SÃO/BSB	485,11 (2,5)	28 A 30/1/2007	SÃO PAULO: REUNIÕES SOBRE SANEAMENTO BÁSICO COM GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - PRESIDENTE DA SABESP, CLÁUDIA VIEGAS, ELIZABETH FARINA - CADE E MARIANA TAVARES - SDE; PERSPECTIVAS DO SETOR ELÉTRICO COM ÉLBI APARECIDA DA SILVA MELO - CCEE CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; E O NOVO FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE AC COM CLÁUDIA VIEGAS, MARIANA TAVARES E ELIZABETH FARINA, NA SEAE/SP. NO PERÍODO DE 28 A 29/1/2007.
4	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/RIO/BSB	687,52 (4,5)	4 A 8/2/2007	RIO DE JANEIRO: PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE INSTRUÇÃO CONJUNTA SEAE/SDE E REUNIÕES SOBRE ATO DE CONCENTRAÇÃO SEAE-RJ.
5	CARMEN DIVA BELTRÃO MONTEIRO	RIO/BSB/RIO	866,82(6,5)	11 A 17/2/2007	BRASÍLIA: PARTICIPAR DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOS EPPGG, NA ENAP, NOS DIAS 12 A 16/02/2007, DE 8:30 ÀS 18:00 HS.
6	ERNANI LUSTOSA KUHN	BSB/SÃO/BSB	552,44 (3,5)	4 A 7/3/2007	SÃO PAULO: PARTICIPAR DE UM TREINAMENTO SOBRE MODELOS NEWAVE E DECOMP REALIZADO PELA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE NO PERÍODO DE 4 A 7/3/2007.
7	CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO	BSB/JPA/BSB	390,74 (2,5)	22 A 24/3/2007	PARTICIPAR DA REALIZAÇÃO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS SOBRE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº08012.08166/1999-14, REF: PA Nº 08012.010215/2006-13 PARA CONTINUIDADE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.004888/1998-4, COM MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DE JOÃO PESSOA – PB, NO PERÍODO DE 22 A 24.03.2007.
8	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/SÃO/BSB	259,92 (1,5)	23 A 24/3/2007	RJ - DESPACHO INTERNO NA SEAE/RJ, SP - REPRESENTAR O MINISTÉRIO DA FAZENDA EM AULA MAGNA NA UNIFECAP – UNIVERSIDADE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO, NO 23/3/2007.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2007

9	CLAUDIA ASSUNÇÃO DOS SANTOS VIEGAS	BSB/SÃO/BSB	314,53 (1,5)	23 A 24/3/2007	SÃO PAULO: DESPACHO INTERNO NA SEAE/SP, REPRESENTAR O MINISTÉRIO DA FAZENDA EM AULA MAGNA NA UNIVERSIDADE FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO.. NO PERÍODO DE 23 A 24/3/2007.
10	LEANDRO FONSECA DA SILVA	BSB/RIO/BSB	270,28 (1,5)	25 A 26/3/2007	PARTICIPAR DA 4ª REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DA CÂMARA TÉCNICA DE GARANTIAS FINANCEIRAS , DIA 26/03/2007 DAS 9:00 ÀS 18:00
11	LEANDRO FONSECA DA SILVA	BSB/RIO/BSB	270,28 (1,5)	1 A 2/4/2007	PARTICIPAR DA REUNIÃO SOBRE DISCUSSÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DE PORTABILIDADE DE CARÊNCIAS.
12	BRUNO SOBRAL DE CARVALHO	BSB/RIO/BSB	270,28(1,5)	1 A 2/4/2007	PARTICIPAR DA REUNIÃO SOBRE DISCUSSÃO TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DE PORTABILIDADE DE CARÊNCIAS.
13	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/RIO/BSB	268,78 (1,5)	8 A 9/4/2007	RIO DE JANEIRO: PARTICIPAR DE REUNIÕES NA SEAE-RJ SOBRE ATO DE CONCENTRAÇÃO COM TÉCNICOS DA ÁREA. NO PERÍODO DE 8 A 9/4/2007.
14	FERNANDO BERWERTH PACHIEGA	BSB/JPA/BSB	0,00	11 A 14/4/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SDE/MJ EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
15	ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS	BSB/JPA/BSB	0,00	11 A 14/4/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SDE/MJ EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
16	ABEL ABDALLA TORRES	BSB/JPA/BSB	0,00	11 A 14/4/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SDE/MJ EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
17	CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO	BSB/JPA/BSB	523,57 (3,5)	11 A 14/04/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SDE/MJ EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
18	RUTELLY MARQUES DA SILVA	BSB/REC/BSB	465,85 (3,5)	6 A 9/5/2007	RECIFE: PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO(ABAR).
19	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/REC/BSB	393,68 (3,5)	6 A 9/5/2007	RECIFE: PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO(ABAR).
20	CARMEN DIVA BELTRÃO MONTEIRO	RIO/BSB/RIO	866,82 (6,5)	22 A 28/4/2007	BRASÍLIA: PARTICIPAR DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOS EPPGG, NA ENAP.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2007*

21	ANDREY GOLDNER BAPTISTA SILVA	BSB/REC/BSB	835,09 (5,5)	4 A 9/5/207	RECIFE: PARTICIPAR DE CURSO SOBRE INDICADORES PARA REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO (ABAR), NO PERÍODO DE 4 A 6/5/2007 OLINDA: PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO (ABAR), NO CENTRO DE CONVENÇÕES COMPLEXO VIÁRIO VICE GOVERNADOR BARRETO GUIMARÃES, S/N. NO PERÍODO 5 A 9/5/2007. OBS: TRECHO BSB/REC REMARCADO PARA JPA/REC.
22	CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO	BSB/JPA/OLI/BSB	1043,02(7,5)	2 A 9/5/2007	OLINDA: PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO (ABAR), NO CENTRO DE CONVENÇÕES COMPLEXO VIÁRIO VICE GOVERNADOR BARRETO GUIMARÃES, S/N. NO PERÍODO 5 A 9/5/2007. OBS: TRECHO BSB/REC REMARCADO PARA JPA/REC.
23	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/JPA/RIO	441,77 (3,5)	2 A 5/5/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO, EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
24	FERNANDO BERWERTH PACHIEGA	BSB/REC/BSB	349,49 (2,5)	3 A 5/5/2007	PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO, EM DILIGÊNCIA SIGILOSA
25	ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS	RIO/REC/RIO	349,49 (2,5)	3 A 5/5/2007	JOÃO PESSOA: PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS DA COGDC EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO, EM DILIGÊNCIA SIGILOSA.
26	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/RIO/BSB	268,78 (1,5)	6 A 7/5/2007	RIO DE JANEIRO: PARTICIPAR DE REUNIÕES NA SEAE-RJ SOBRE ATO DE CONCENTRAÇÃO COM TÉCNICOS DA ÁREA NO PERÍODO DE 6 A 7/5/2007.
27	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	BSB/RIO/BSB	308,89 (1,5)	14 A 15/5/2007	PARTICIPAR DA ABERTURA DO XIX FÓRUM NACIONAL SOBRE O TEMA PAC E "PROJEÇÃO" NO INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS – INAE E DESPACHO INTERNO COM A EQUIPE DA SEAE/RJ. NO PERÍODO DE 14 A 15/5/2007.
28	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/RIO/BSB	547,94 (3,5)	24 A 27/6/2007	PARTICIPAR DE REUNIÕES NA SEAE/RJ SOBRE: APRESENTAÇÃO DA REUNIÃO DO COMITÊ DO AÇO DA OCDE, A SER FEITA PELA TÉCNICA LEILA RENEHR; DESPACHOS, ASSINATURAS E ANÁLISE DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, CIMENTO E CONCRETO E SOBRE INSTRUÇÃO CONJUNTA SEAE/SDE NO PERÍODO DE: 25 a 27/06/2007.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2007

29	MARCELO LEANDRO FERREIRA	BSB/RIO/BSB	268,78 (1,5)	1 A 2/7/2007	RIO DE JANEIRO: PARTICIPAR DE REUNIÃO NA SEAE/RJ SOBRE INSTRUÇÃO CONJUNTA SEAE-SDE, NA COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE ESTRUTURAS DE MERCADOS - COGCE/SEAE/RJ. PERÍODO DE 01 A 02/07/2007
30	RUTELLY MARQUES DA SILVA	BSB/RIO/BSB	775,1(3,5)	1 A 4/7/2007	PARTICIPAR DE UM TREINAMENTO SOBRE NEWAVE E DECOMP REALIZADA PELA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CCEE), NA ONS NO PERÍODO DE 01 A 04/7/2007.
31	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	BSB/RIO/BSB	0,00	13 A 14/7/2007	REESTRUTURAÇÃO SEAE E DESPACHOS INTERNOS NA COORDENAÇÃO GERAL DE ANÁLISE DE MERCADOS COGCE SEAE/RJ. NO PERÍODO DE 7 A 6/7/2007.
32	RODRIGO MENDES LEAL DE SOUZA	RIO/SSA/RIO	705,84 (5,5)	13 a 18/07/2007	PARTICIPAR DE CONGRESSO DA ABRASCO, NO PERÍODO DE 13 A 18/7/2007.
33	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/RIO/BSB	494,25 (1,5)	05 A 06/08/2007	PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE CONJUNTO DE AJUSTES INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PPP. PERÍODO DE 05 A 06/08/2007
34	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/LDB e CWB/RIO	695,55 (5,5)	28/08 A 2/9/2007	PARTICIPAR COM OS TÉCNICOS DA COGDC/SEAE E DA SDE/MJ DA DILIGÊNCIA SIGILOSA A SER REALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA-PR E CURITIBA-PR NO PERÍODO DE 28/08/2007.
35	FERNANDO BERWERTH PACHIEGA	BSB/LDB e CWB/BSB	695,55 (5,5)	28/08 A 2/9/2007	PARTICIPAR COM OS TÉCNICOS DA COGDC/SEAE E DA SDE/MJ DA DILIGÊNCIA SIGILOSA A SER REALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA-PR E CURITIBA-PR NO PERÍODO DE 28 A 31/08/2007
36	CARLOS EMMANUEL JOPERT RAGAZZO	BSB/FLN/BSB	390,74 (2,5)	20 A 22/09/2007	PARTICIPAR DE REUNIÃO NA AGÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, PARA DISCUSSÃO DOS SEGUINTE TEMAS RELACIONADOS AO SANEAMENTO BÁSICO: (i) EXPOSIÇÃO DO MODELO PROPOSTO PARA O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO PELA SEAE E PREMISSAS NO MODELO DE FINANCIAMENTO, OBVIAMENTE SABENDO DAS DIFICULDADES E DIFERENÇAS QUE CADA ESTADO TEM EM SUA ESTRUTURA; E (iii) EXPOSIÇÃO DE COMO ESTÁ O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. NO PERÍODO DE 20 A 22/09/2007.

37	JULIANA OLIVEIRA CAVALCANTI	RIO/BSB/RIO	237,74 (1,5)	21 A 22/09/2007	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM RECOFARMA INDÚSTRIA DO AMAZONAS LTDA, BANCO REAL E VISANET, SOBRE A PROMOÇÃO COMERCIAL "KUAT DÁ MOLE PRA VOCÊ", AUTORIZADA PELA SEAE PROCESSO 18101.000382/2007-83, NA SEAE/BSB. PERÍODO DE 21 A 22/09/2007.
38	MARLUCE DOS SANTOS BORGES	BSB/RIO/BSB	233,16 (1,5)	28 A 29/10/2007	SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DO SBDC – PL Nº 5877/2005 E SUBSTITUTIVO DEPUTADO CIRO GOMES, QUE REALIZARÁ NO SALÃO NOBRE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE PAULISTA. NO PERÍODO DE 28 A 29/10/2007.
39	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	BSB/SÃO/BSB	315,39 (1,5)	25 A 26/11/2007	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO SOBRE REGULAMENTAÇÃO NA COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2007
40	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/RIO/BSB	411,36 (2,5)	25 A 27/11/2007	PARTICIPAR DO FÓRUM, UMA DÉCADA DE REGULAÇÃO NO BRASIL. NO PERÍODO DE 25 A 27/11/2007.
41	JULIANA OLIVEIRA CAVALCANTI	RIO/FLN/RIO	223,67 (1,5)	23 A 24/11/2007	PARTICIPAR DA INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SOBRE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO NO PERÍODO DE 23 A 24/11/2007.
42	MARIUSA MOMENTI PITELLI	RIO/SÃO/RIO	351,15 (2,5)	6 A 8/12/2007	PARTICIPAR 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA DO IBRAC. PERÍODO DE 6 A 8/12/2007.
43	MARIA ANDRÉA SANTICHIO	RIO/SÃO/RIO	299,6 (2,5)	6 A 8/12/2007	PARTICIPAR 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA DO IBRAC. PERÍODO DE 6 A 8/12/2007.

Fonte: SEAE/MF

3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais

3.4.1 – Suprimento de Fundos/Serviços

O ANEXO III discrimina o total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito corporativo, para fins de atendimento de despesas administrativas de pequeno valor, detalhando a informação, por responsável.

3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão

3.5.1 - Controle interno da gestão

A Secretaria de Acompanhamento Econômico considera relevante e fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação.

Desde 2002, a SEAE utiliza o Sistema *Littera*, concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Até recentemente, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, entretanto, em 2004, começaram a ser implantados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e prêmios e sorteios.

Também, foram implementados os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre Representações à SDE.

A SEAE utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – Árvores de Diretórios – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2007, a SPOA/MF instalou na SEAE um novo Servidor com capacidade de armazenamento de 1,6 TB.

Desde 1999, a SEAE vem procurando padronizar os procedimentos de análise a serem utilizados quando da elaboração de pareceres referentes à defesa da concorrência, tendo em vista que o uso de manuais e guias de análise permitem a uniformização de procedimentos internamente, além de conferirem consistência, robustez e transparência às análises.

A Secretaria possui os seguintes Manuais/Guias de Análise:

- **Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência** (junho 2000) – esclarece os pontos mais importantes referentes às questões procedimentais envolvidas nas análises pertinentes à área em questão. Atualmente está sendo revisado;
- **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração**² (Portaria SEAE nº 39/99) – posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), com o novo título de **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal** (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- **Guia Para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios**³ (Portaria SEAE nº 70/02); e
- **Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais** (março 2003);
- **Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias** (março 2003);

² Simplificadamente, operações de concentração econômica se referem a fusões, aquisições e incorporações de empresas ou de ativos de empresas.

³ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

- **Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais** (março 2003).

3.5.2 - Controle externo da gestão

Não houve Requerimentos de Informação durante o exercício de 2007.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

A Secretaria de Acompanhamento Econômico participa de dois Programas do PPA, a saber: o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados, sob a responsabilidade gerencial da própria SEAE e o Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da SDE/MJ.

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados justifica-se pela:

- i) necessidade de constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos; e
- ii) necessidade de avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Além disso, o Programa deve sua existência às seguintes demandas:

- i) dar cumprimento ao Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, que determina: “A partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e das tarifas de serviços públicos far-se-ão conforme atos, normas e critérios a serem fixados pelo Ministro da Fazenda”;
- ii) necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos;
- iii) inadequação de alguns marcos regulatórios e legais ao ambiente de mercado concorrencial; e
- iv) falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Todos esses itens podem impactar negativamente a economia do país, prejudicando os cidadãos de forma geral, seja por meio de ameaças à estabilidade econômica, seja por meio de deficiências estruturais que possam vir a afetar o sistema relativo de preços e o crescimento econômico. Visando a eliminar ou a reduzir os problemas citados, este Programa possui estratégias de ação operacionalizadas por meio da potencialização da promoção da concorrência e de mecanismos que buscam coibir o exercício abusivo de poder de mercado, permitindo que os consumidores tenham maior variedade de produtos, exerçam o poder de escolha e pelos menores preços possíveis.

O Programa é operacionalizado via ações de regulação econômica, que objetivam reduzir os efeitos negativos das imperfeições de mercado, fato que pode provocar aumento de preços, redução da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações.

Dessa forma, a SEAE realiza várias atividades, dentre as quais destacamos:

- i) identificação de setores relevantes para o acompanhamento de condutas anticompetitivas;
- ii) desenvolvimento de estudos jurídicos e econômicos, visando a formular peças regulatórias específicas voltadas para os setores incluídos no Art. 70 da Lei 9.069/95;
- iii) realização de visitas, reuniões e eventos semelhantes junto a outros órgãos do Governo, bem como junto aos agentes econômicos em geral, com vistas a discutir políticas de regulação, especialmente nos setores de infra-estrutura e agrícola e/ou em outros setores com grandes externalidades sociais; e
- iv) definição, juntamente com os ministérios setoriais e as Agências Reguladoras, de regimes tarifários e de marcos regulatórios.

Em síntese, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem o objetivo de subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Visa também a cumprir uma das competências da SEAE, qual seja, estruturar e acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão, em articulação com as Agências Reguladoras e demais órgãos afins.

O Programa e as ações executadas pela SEAE contribuem, significativamente, para o alcance da Diretriz 1 – Aperfeiçoamento e Consolidação dos Marcos Regulatórios dos Setores de Infra-Estrutura inserida no Desafio 17 – Impulsionar os Investimentos em Infra-Estrutura de Forma Coordenada e Sustentável, que faz parte do Plano Plurianual 2004-2007 traçado pelo Senhor Presidente da República relativo ao macro objetivo do crescimento da economia brasileira com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais.

Por fim, cabe salientar que o Programa apresentou resultados satisfatórios e eficientes no decorrer de 2007. As metas foram cumpridas integralmente, inclusive com superação em algumas ações, ao passo que foi necessário menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto.

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

Como já foi mencionado anteriormente, a SEAE integra, junto com a SDE/MJ e com o CADE, o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

O Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, gerenciado pela SDE/MJ, possui uma ação executada pela SEAE: Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

A execução desse Programa tem como estratégia a busca de uma melhor articulação entre os Órgãos de Defesa da Concorrência, no sentido do aprimoramento dos instrumentos de investigação e do aumento da transparência da atuação dos órgãos envolvidos.

Esse programa, levado a cabo com fundamento na Lei n.º 8.884, de 1994, relaciona-se com o macroobjetivo de promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no Mercado Interno.

4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

4.1.1.1 - Dados gerais

Tabela 10 – Dados gerais do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados – SEAE/MF

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo
Gerente do programa	Nelson Henrique Barbosa Filho
Gerente executivo	Juliêta Alida Garcia Verleun
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório de Notas Técnicas e de Notas Explicativas produzidas e encaminhadas aos setores demandantes e ou beneficiados (Congresso Nacional, Agências Reguladoras e demais setores da economia)
Público-alvo (beneficiários)	Agentes econômicos e cidadãos

Fonte: SIGPLAN

4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

4.1.2.1 - Dados gerais

Tabela 11 – Dados gerais do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência – SDE/MJ

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência
Gerente do programa	Diego Faleck
Gerente executivo	Eric Hadmann Jasper
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório do número de processos administrativos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE anualmente.
Público-alvo (beneficiários)	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Fonte: SIGPLAN

4.1.2.2 - Principal Ação do Programa

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

➤ Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa:

A ação Gestão e Administração do Programa foi criada em 2005, com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades da Secretaria cujas despesas não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como despesas de manutenção, gastos com viagens para tratar de assuntos administrativos, dispêndios decorrentes da aquisição de material de consumo, material permanente e demais despesas de cunho administrativo voltadas às atividades da Secretaria.

Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

➤ **Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos:**

A ação Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas. Apesar de as agências reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos setores regulados, há ações que impactam as políticas macro e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Em decorrência disso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, elabora estudos fruto do acompanhamento da economia, que subsidiam as ações e decisões de correção de rumo de curto prazo das principais variáveis econômicas e a elaboração de políticas econômicas de longo prazo.

Em síntese, a ação visa a estruturar critérios e regras para a fixação e o reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes e é aplicada especialmente no caso de serviços/tarifas públicos que foram sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.

Vale notar também que, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Em outros setores, como o setor “postal”, que ainda não possui agência reguladora, é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Entretanto, independentemente da existência ou não de agência reguladora, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Em 2007, a SEAE atingiu 61% da meta física. Realizou 11 análises das 18 inicialmente previstas para a ação colocada como meta. Cabe esclarecer que a SEAE recebeu apenas 11 pedidos de análise dos 18 pedidos inicialmente programados, dos quais todos foram analisados e expedidos aos beneficiários.

Dados gerais

Tabela 13 – Dados gerais da ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar critérios e regras para revisão e reajuste de preços e tarifas públicas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes, considerando aspectos de defesa e promoção da concorrência, eficiência econômica bem-estar social.

Descrição	Adequação de regimes tarifários, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

➤ Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

A ação de Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes, com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2007, a SEAE superou em 24% a meta física inicialmente prevista para a ação. Apesar de ter havido uma demanda menor a esta Secretaria para manifestação nas análises dos reajustes e das revisões das tarifas por parte das agências reguladoras, bem como ter havido menos demanda na área de advocacia da concorrência por parte do setor privado e do Mercosul, por outro lado, novos temas passaram a ser tratados pela SEAE, resultando num aumento inesperado no número de manifestações solicitadas.

Além disso, um tema em particular concentrou grande parte das manifestações. Trata-se do programa das zonas de processamento de exportações. Este tema suscitou grande interesse do congresso e resultou na apresentação de 40 projetos de lei visando à criação desse tipo de zonas especiais de comércio nos municípios de interesse dos congressistas. Em virtude desse grande número de projetos sobre um único tema, a meta previamente estabelecida foi amplamente superada. Para o próximo período, não se prevê a ocorrência desse mesmo fenômeno, de modo que não há necessidade de revisão da meta para 2008.

Dados gerais

Tabela 14 – Dados gerais da ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar na regulamentação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando à eficiência econômica e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais.
Descrição	Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda

Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	n/a

➤ **Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico:**

Esta ação objetiva manter e prover acessibilidade às informações econômicas necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produto *software*, *hardware* e periféricos funcionando com qualidade. É de suma importância, portanto, para o sucesso das outras ações.

A clientela principal dessa ação é formada por servidores da SEAE e, em última instância, pela sociedade e pelos agentes econômicos, que se beneficiam com o aumento da produtividade dos servidores e dos melhores serviços prestados pela Secretaria.

A partir de 2003, a SEAE passou a disponibilizar em seu sítio na Internet uma série de indicadores econômicos selecionados, por meio do Sistema de Gestão de Indicadores Econômicos (SIGIN).

O tipo de informação inserida nos gráficos com indicadores econômicos varia de acordo com o produto analisado, podendo haver comparações com preços internacionais, margem de lucro praticada, grau de concentração nos mercados e relação entre preço e taxa de inflação, por exemplo. Para acessar o Sistema, basta acessar o endereço http://www.SEAE.fazenda.gov.br/servicos_main/indicadores.

A disponibilização dos indicadores econômicos selecionados no sítio da Secretaria na Internet potencializou sobremaneira a ação de Acompanhamento Sistemático de Mercados.

Em 2005 foi dado início ao trabalho de análise do conteúdo e as respectivas atualizações objetivando oferecer melhor relação custo/benefício. Como resultado desse trabalho, decidiu-se manter apenas as séries relativas a “Índices de Preços”, “Setor Químico” e “Siderurgia”.

Esta ação cumpriu integralmente sua meta física estipulada para 2007.

Dados gerais

Tabela 15 – Dados gerais da 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Descrição	Complementação, implementação, manutenção e gerenciamento de sistemas informatizados e especializados relativos às atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico e relacionadas também aos assuntos de interesse do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

➤ **Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais:**

A ação de Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais abrange três grandes áreas, a saber:

- Autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular;
- Autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas;
- Autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da SEAE, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, veda a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. Assim, no âmbito do Ministério da Fazenda, cabe à SEAE essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à SEAE também autorizar as instituições financeiras que desejem promover a captação antecipada de poupança popular, entendendo-se esta última como o sistema pelo qual assegura-se a contraprestação de objeto contratual líquido e certo, mediante pagamento antecipado de parcelas, sem data previamente estipulada, sendo a contratação tida por certa. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e visa garantir que os agentes econômicos cumpram a citada legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, esta SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de avaliação econômico-financeira, sobretudo capacidade de honrar compromissos,

das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa ainda a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

Na prática, a atividade de autorização de promoções comerciais - sorteios, concursos, vale-brindes e afins, solicitadas por instituições financeiras e correlacionadas - consiste, inicialmente, na análise do plano de operação enviado pela empresa observando-se as exigências da legislação pertinente à cada modalidade de promoção. Na maioria das vezes, é necessária a solicitação, por parte da SEAE, de modificações no plano apresentado, para que este se ajuste ao formato exigido pela legislação. A segunda e última etapa consiste da prestação de contas, que ocorre após a realização da promoção. A empresa presta contas para esta Secretaria e o processo é então finalizado e homologado.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Aqui o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Nos termos da legislação, as loterias turfísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equídeocultura, devendo-se evitar e coibir toda e qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967. A SEAE autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela Caixa Econômica Federal. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a Caixa a explorar novas modalidades lotéricas. Desde que essa atividade foi transferida para a SEAE, já foram autorizadas duas novas loterias: a “Lotogol” e a “Loteca”. Está previsto para 2008 o lançamento da “Timemania”.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Por intermédio dessa ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do PROCON e dos cidadãos, de um modo geral.

Em 2007, a SEAE superou em 15% a meta física inicialmente prevista para a ação. Isso se deve à busca constante do aperfeiçoamento das atividades prestadas relativas a promoções comerciais. Para isso, foi elaborado um plano de reestruturação, pela COGCE juntamente com o Grupo de Trabalho – Portaria SEAE n.º 03/2006/SEAE/MF, conferindo competências específicas a seus servidores, o que resultou em maior transparência e celeridade decorrente do know-how adquirido, dando ensejo a superação da meta em 15%.

Outro ponto importante a ser salientado é a associação crescente de empresas comerciais com instituições financeiras a fim de realizarem promoção comercial, cabendo a esta SEAE a análise destes pedidos nos termos da Lei nº 10.683, de 2003, demonstrando a confiabilidade das mesmas em recorrer a esta Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais da ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores.
Descrição	Emissão de autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

➤ Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos:

Essa ação refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e de condutas anticompetitivas (por exemplo, prática de cartel), fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e ao crescimento econômico sustentável.

A análise de atos de concentração é disciplinada pelo art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994, que estabelece um prazo de 30 dias para a manifestação da SEAE e encaminhamento do processo à SDE, dispondo este órgão de prazo semelhante para sua manifestação. Em seguida, o caso é remetido ao CADE, que tem o prazo de 60 dias para deliberação (julgamento), sendo esses prazos suspensos quando da solicitação, pelos órgãos, de informações adicionais.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e/ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O Cade aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

Os pareceres elaborados pela Secretaria, no que se refere a atos de concentração e condutas anticompetitivas são peças que contêm sofisticada análise econômica e são muitas vezes fruto de um longo período de investigação apurada. Investigações sobre condutas anticompetitivas tendem, em todo o mundo, a durar meses ou até anos nos casos mais importantes, tendo em vista a complexidade envolvida.

Cabe destacar uma especificidade da SEAE frente aos outros órgãos do SBDC: uma vez que a Secretaria é o primeiro órgão a realizar a análise sobre os casos de concentração econômica, a maior parte da instrução acaba sendo feita nesse estágio e o prazo de análise da Secretaria tende, naturalmente, a ser superior ao da SDE e do CADE.

Em 2007, foram analisados 635 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, contra 472 processos no ano anterior. Percebe-se um crescimento de 35% no número de processos analisados pela Secretaria, principalmente por conta do aumento de processos de atos de concentração analisados, que cresceu 44% em 2007. O tempo médio total de análise foi de 80 dias (contra 52 dias em 2006, 50 dias em 2005, 65 dias em 2004, 80 dias em 2003 e 110 dias em 2002) para a elaboração de pareceres referentes a atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da SEAE, não descontado os períodos de suspensão de contagem de prazo. Quando é necessário o envio de ofícios de solicitação de informações a fim de serem prestados esclarecimentos adicionais, os prazos são suspensos desde o envio do Ofício da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante do art. 54, §8º, da Lei n.º 8.884, de 1994).

Isso significa que a meta relativa à ação, que era de 425 processos (fusões e aquisições; e condutas anticompetitivas), foi superada em 49%. Tal fato se explica, principalmente, pelo aquecimento da economia brasileira refletido no aumento do número de processos de atos de concentração submetidos à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência em 2007, que foi de 44% quando comparado com o ano anterior.

É importante lembrar que em 2004 o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência se adiantou e lançou um conjunto de medidas para agilizar a análise de atos de concentração. Uma dessas medidas foi a criação de um Rito Conjunto de Análise de Atos de Concentração. Anteriormente, a SEAE elaborava um parecer, encaminhava-o à SDE, que elaborava outro parecer, e só então o caso era remetido com instrução completa ao CADE, para julgamento. A instrução dos processos em duas etapas podia levar meses. Com o Rito Conjunto, a instrução dos casos passou a ser feita em uma única etapa: equipes das duas secretarias se reúnem

periodicamente a fim de mapear os casos notificados e discutir a instrução conjunta das operações mais importantes, ocasionando ganhos substantivos de tempo e de qualidade nas análises. Ao mesmo tempo, casos tidos como simples passaram a ser objeto de análise sucinta na SDE.

O conjunto de medidas lançadas pela SEAE e SDE se configurou como mais um passo fundamental para a racionalização do funcionamento do SBDC, a fim de que o Sistema possa melhor servir à sociedade. A ampliação do número de casos analisados pelo Rito Sumário e a drástica redução do tempo médio de análise de atos de concentração foram os resultados alcançados com as medidas.

Por seu turno, com exceção do ano de 2007 em que foram analisados muitos casos complexos e por isso o tempo médio remontou aos idos de 2003, 80 dias, o tempo médio de análise de atos de concentração vem diminuindo desde 2002. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à adoção, naquele ano, do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração mais simples e que não tenham o potencial de prejudicar a concorrência. Em 2003, quando o procedimento já estava bem desenvolvido na Secretaria, o resultado foi surpreendente: 50% dos casos de concentração foram analisados mediante o Rito Sumário. Em 2004, com o aperfeiçoamento da legislação, esse percentual subiu para 63%; em 2005, 70%. Em 2006 e 2007, manteve-se praticamente estável, 68% e 69%, respectivamente.

Com a adoção da metodologia do Rito Sumário, operações simples começaram a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise foram diminuídos, possibilitando a prestação de um melhor serviço à sociedade e a alocação, pela Secretaria, de mais tempo para as análises de casos com maior potencial lesivo aos consumidores e à economia.

Outra realização nessa área foi o lançamento, no final de fevereiro de 2005, de um sistema de publicação automática de Pareceres e acompanhamento de Processos pela Internet. O objetivo era o de aumentar a transparência sobre as ações da Secretaria e facilitar a consulta do público-alvo da SEAE e aos cidadãos de maneira geral. Em 2006, foi reformulado o mecanismo de busca e foram incluídos outros tipos de processos e documentos, como Notas Técnicas de Confidencialidade e Pareceres de Saneamento Jurídico. A ampliação para 2007 foi em relação à inclusão do processo denominado “Consulta CADE”.

Os Pareceres da SEAE relativos à defesa da concorrência já se encontravam disponíveis no sítio da Secretaria, mas foram agregadas, com a nova sistemática, informações sobre processos em análise, ao mesmo tempo em que as consultas se tornaram muito mais ágeis em decorrência de serem realizadas em tempo real e também em virtude da possibilidade de utilização de mecanismos de busca.

A nova sistemática facilitou sobremaneira o acesso às informações da Secretaria para os principais públicos-alvos envolvidos. Só para dar uma idéia dessa facilidade, como os processos finalizados estão ordenados por data de saída e os em análise, por data de entrada, diariamente é possível acompanhar tudo o que entrou e tudo o que saiu da SEAE, já na primeira tela, o que facilita em muito a o processo de busca e a pesquisa do interessado ou beneficiário da ação.

Para consultar os processos, basta que o usuário acesse o endereço eletrônico: <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/littera/exec/controle.asp>

Em janeiro de 2006, as Secretarias de Acompanhamento Econômico e de Direito Econômico/MJ publicaram portaria conjunta que estabeleceu mecanismos de cooperação entre os dois órgãos e institucionaliza a instrução conjunta de atos de concentração e de condutas anticompetitivas (Portaria Conjunta n.º 33, de 4 de janeiro de 2006).

São diretrizes norteadoras da cooperação entre SEAE e SDE, previstas na Portaria, o espírito cooperativo, a transparência na comunicação, a coordenação de ações, a racionalização dos trabalhos, a economia processual e a não duplicação de esforços.

A divisão de trabalho decorrente da cooperação entre as Secretarias observará as atribuições legais estabelecidas na Lei nº 8.884, de 1994, e levará em conta a experiência prévia de ambas, a fim de melhor aproveitar a especialização dos seus respectivos corpos técnicos e de potencializar a capacidade de análise de cada Secretaria.

Com a Portaria, os órgãos de instrução do SBDC passaram, formalmente, a trabalhar de maneira integrada, o que possibilitou ao Sistema atuar de forma mais eficiente.

Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais da Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar atos de concentração e condutas anticoncorrenciais do mercado, com vistas a assegurar a concorrência e a defesa da ordem econômica.
Descrição	Participação de pessoal técnico e dirigentes em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em instrução ou que possam ser objetos de análise; Elaboração de pareceres técnicos sobre casos em instrução; outras atividades relacionadas à instrução e a análise dos diversos casos tratados pelos órgãos do SBDC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Julieta Alida Garcia Verleun
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

4.1.3 - Resultados

Quanto aos resultados, conforme relatado anteriormente, verificou-se que os objetivos da maioria das ações foram alcançados no decorrer de 2007, inclusive com a constatação de que algumas ações alcançaram um resultado muito superior ao inicialmente previsto.

Cabe, mais uma vez, enfatizar a dificuldade da Secretaria com relação a pessoal, uma vez que a SEAE não dispõe de quadro próprio de carreira e a quantidade de técnicos existentes vem se mostrando insuficiente. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, a empresas públicas, a sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração Pública. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como o principal gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE e ao desenvolvimento do espírito de corpo da instituição.

Tendo em vista que a carência de pessoal qualificado e provido periodicamente é uma dificuldade partilhada com a Secretaria de Direito Econômico/MJ e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, demais integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência da Concorrência (SBDC), o PL nº 5.877/2005, que estrutura o SBDC e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica prevê, em seu art. 122, a criação de 200 cargos de Gestor para exercício nos órgãos do Sistema. Tal provisão deverá resolver de forma definitiva as dificuldades de pessoal por que passa a Secretaria e os demais órgãos do SBDC, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Como também mencionado anteriormente neste relatório, espera-se que a criação da Carreira Fazendária supra os quadros técnicos da SEAE de forma institucionalizada, eliminando a preocupação com a captação de recursos humanos com base em cargos comissionados e ou de apoio, através de contratos de terceirizados. Espera-se estabilidade no quadro não só técnico, mas também de gestão, uma vez que a Secretaria acredita que um quadro estável e bem formado possibilitará a implementação de um projeto de desenvolvimento institucional continuado, alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério da Fazenda e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência de forma sistematizada e continuada. A elevação da maturidade da gestão dos assuntos da SEAE depende em grande parte da estabilidade e qualidade de seu quadro de recursos humanos.

Vale à pena ressaltar, ainda que tenhamos abordado este assunto anteriormente, que apesar de a SEAE ter recebido diversas atribuições técnicas-institucionais, não foi possível até o momento a expansão de seu quadro técnico e tampouco de ocupação de um maior espaço físico, demandado em função do crescimento das atribuições, que acarretarão para 2008 na criação de uma nova secretaria-adjunta e novas coordenações-gerais. A escassez de espaço físico vem se configurando numa das preocupações experimentadas pela SEAE em Brasília. Desta forma, essa escassez restringe sobremaneira a possibilidade de expansão da equipe da Secretaria.

Cabe mencionar que com a conversão dos PL do SBDC em Lei, haverá necessidade de eliminar diversos processos de trabalho hoje instalados na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e reorganizar as novas tarefas na SEAE em Brasília. Para tanto, a SEAE elaborou uma proposta de projeto de Modernização Institucional que foi encaminhada à Secretaria Executiva,

e à SPOA, para que seja pensada em conjunto uma solução para as necessidades de recursos humanos, mapeamento e redesenho de processos e de alocação de maior espaço físico.

A SEAE, com, o já mencionado, integra o grupo de trabalho de análise de soluções de espaço físico para o Ministério da Fazenda e vem fazendo gestões junto ao grupo para viabilizar o acréscimo de no mínimo 150m² no Edifício Sede do MF até o final do ano de 2008, em vista da expectativa de aprovação do PL pelo Congresso Nacional.

A tabela abaixo mostra as despesas, por ação, com diárias e passagens, além de outras despesas julgadas relevantes:

Tabela 18 – Despesas, por ação, com Diárias e Passagens e outras julgadas relevantes

R\$1,00		
Ação	Item	Valor
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	Diárias e Passagens	14.890
	Material Permanente	630.580
	Despesas Condominiais espaço físico (SEAE-RJ e SP)	395.912
	Terceirizados	347.844
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	Diárias e Passagens	18.972
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	Diárias e Passagens	320.264
	Treinamento	180.151
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	Diárias e Passagens	49.468
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	Diárias e Passagens	0
	Sistemas Informatizados	1.629.354
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	Diárias e Passagens	115.675

Por fim, mas não menos importante, ressaltamos que o Programa apresentou resultados considerados bastante satisfatórios no decorrer de 2007, as metas foram cumpridas integralmente, inclusive com superação em algumas ações, ao passo que foi necessário um menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto, ainda que o número de atribuições tenha aumentado e o contingente de pessoal técnico especializado não.

Tabela 19 – Comparativo das metas previstas e realizadas em 2007

R\$1,00						
Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	0	0	0	1.736.737	1.638.651	94,35%

2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	18	11	61,11%	57.151	21.173	37,05%
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	116	144	124,14%	563.647	502.969	89,23%
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	260	298	114,62%	304.909	51.861	17,01%
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	1	1	100%	2.010.847	1.649.405	82,03%
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	425	635	149,41%	400.818	118.647	29,60%

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em 25/02/2008

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Indicadores de Gestão

Estes indicadores têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela SEAE.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 3 de dezembro de 2002, foram levantados, pela SEAE, Indicadores de Desempenho referentes à eficiência, eficácia e economicidade de atividades consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão interna e finalística.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superiores aos benefícios.

5.1.1 – Indicadores de Eficiência

5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico

OBJETIVO: verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade de *e-mails* respondidos num dado período de tempo.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de e-mails respondidos no ano "n"}}{\text{n.º de e-mails recebidos no ano "n"}} \times 100 = \frac{745}{745} \times 100 = 100\%$$

COMENTÁRIO: A SEAE considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre absolutamente qualquer assunto. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. A SEAE dispõe, no Gabinete, de um assessor institucional encarregado das relações da Secretaria com a imprensa e com a sociedade. Um índice de atendimento de 100% das demandas em 2007 implica um adequado tratamento às demandas da sociedade, tal qual a Secretaria planejou.

5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”

OBJETIVO: verificar o tempo médio despendido para a realização de análises sobre processo de ato de concentração.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\Sigma \text{ do tempo total gasto para a conclusão de análises:}}{\text{n.º de análises feitas}} = \frac{43603 \text{ dias}}{543} = 80 \text{ dias}$$

COMENTÁRIOS: O tempo médio de análise dos atos de concentração foi 80 dias⁴ em 2003, tendo caído para 61 dias em 2004, 50 dias em 2005, 52 dias em 2006, e retornando à média de 80 dias no ano de 2007, devido, principalmente, à elevação do número de casos complexos a serem analisados. Com exceção do ano de 2007, o tempo gasto decrescente nas análises é calculado em função do desenvolvimento do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração e da instituição, no começo de 2004, do Rito Conjunto SEAE-SDE de Análise de Atos de Concentração, já detalhados nesse relatório. A redução do tempo médio de análise tem demonstrado que as medidas adotadas para agilizar as análises têm sido bem sucedidas, o que tem possibilitado a prestação de um melhor serviço à sociedade.

5.2 - Indicadores de Eficácia

⁴ De acordo com a Lei n.º 8884, de 1994, a SEAE tem o prazo legal de 30 dias para efetuar as análises relativas a atos de concentração, sendo que, todas as vezes que forem solicitadas, dos participantes ou de terceiros, informações adicionais indispensáveis à análise, o prazo legal é suspenso. A título ilustrativo, após o prazo de 30 dias para análise da SEAE, segue o prazo de 30 dias para a SDE e de 60 dias para o julgamento do CADE. Tanto a SDE quanto o CADE também têm seus prazos suspensos quando é necessário obter informações adicionais.

5.2.1 - Orçamento e finanças

OBJETIVO: demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi previsto está sendo cumprido pela Secretaria.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 3.982.023,88}}{\text{R\$ 5.074.109,00}} \times 100 = 78\%$$

COMENTÁRIOS: O resultado do indicador demonstra que houve um saldo 22% de recursos orçamentários em 2007.

5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

OBJETIVO: acompanhar a arrecadação das receitas próprias da unidade;

$$\begin{aligned} \text{ÍNDICE: } & \text{Arrecadação anual (ano X)/ arrecadação anual (ano X - 1) x 100} \\ & = \frac{\text{R\$ 11.428.352,04}}{\text{R\$ 8.435.628,58}} \times 100 = 135,48\% \end{aligned}$$

COMENTÁRIOS: A arrecadação de receitas próprias foi superior em 35,48% em relação ao ano de 2006 em virtude de uma elevação no número de pedidos de análise.

5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

OBJETIVO: acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria unidade, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

$$\begin{aligned} \text{ÍNDICE: } & \text{Total Despesas Realizadas/Total das Receitas Próprias * 100;} \\ & = \frac{\text{R\$ 3.982.023,88}}{\text{R\$ 11.428.352,04}} \times 100 = 34,84\% \end{aligned}$$

COMENTÁRIOS: O total arrecadado foi suficiente para fazer face às despesas da Secretaria, colaborando inclusive com o financiamento de outras despesas do Ministério da Fazenda haja vista que os recursos foram transferidos ao Tesouro Nacional.

5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA

OBJETIVO: verificar se as metas estabelecidas pela Secretaria estão sendo cumpridas ou, em outros casos, se o que foi demandado foi atendido.

5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de análises realizadas}}{\text{n.º de análises demandadas}} \times 100 = \frac{11}{11} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{144}{144} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

$$\begin{aligned} \text{ÍNDICE: } & \frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados no ano "n"}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados no ano "n"}} \times 100 \\ & = \frac{298}{298} \times 100 = 100\% \end{aligned}$$

5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de sistemas mantidos sem interrupção}}{\text{n.º de sistemas mantidos previstos}} \times 100 = \frac{1}{1} \times 100 = 100\%$$

Os indicadores demonstram o desenvolvimento satisfatório das ações sob responsabilidade da Secretaria. A SEAE atingiu as metas propostas para a grande parte de suas ações (ANEXO IV), tendo, inclusive, superado as previsões em algumas ações. Apenas a meta relativa à ação *Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos* ficou abaixo do previsto (39%), por razões que vão além da governabilidade da Secretaria e já explicadas neste Relatório.

5.3 – Indicadores de Economicidade

5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática

OBJETIVO: observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.⁷

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"}} *$$

$$\frac{\text{R\$ 1.629.354,08}}{\text{R\$ 1.574.647,28}} = \frac{\text{R\$ 1.649.402,73}}{\text{R\$ 1.696.682,44}} = 0,97 \times 7,75^{**}$$

* Os serviços prestados nos dois períodos devem ser os mesmos.

** 7,75% foi o IGP-M acumulado em 2007.

⁷ Para a formação desse indicador, deve-se considerar os preços reais.

COMENTÁRIOS: Houve redução de 3% nos gastos com serviços de informática em 2007 em relação a 2006. Essa redução foi devido aos seguintes fatores:

i) Manutenção dos custos unitários de todos os itens constantes do Contrato de serviços especializados de informática com o Serpro;

ii) Substituição de parte do parque de equipamentos (finalização do Contrato anterior) com redução no custo da locação de estações de trabalho, devido a dois fatores: a) licitação na modalidade pregão eletrônico; b) baixo valor da taxa de câmbio em 2007;

iii) Troca do parque de impressão com redução de custos para as novas máquinas, devido à modalidade de contratação para definição de franquia mínima e cobrança por cópias adicionais. Além disso, as impressões passaram a ser monocromáticas e houve mais enfoque gerencial voltado para a racionalização de gastos.

Vale ressaltar a existência de alguns investimentos que, apesar de não constarem da rubrica de informática, representam ações e projetos da área, a saber:

- Implementação de Vídeo Conferência com a aquisição de um CODEC individual; dois grupais; e dois equipamentos de captação de imagens. O investimento foi de R\$ 56.992,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e dois reais);

- Aquisição de dois Scanner, um para atender ao SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, e outro para atender a demanda do Sistema de RH do Lotus Notes no Projeto de Captação de Imagens para a Gerência de Gestão de Pessoas (GERHU). O investimento foi de R\$ 2.850,20 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos);

- Contratação da empresa *Internet Securities do Brasil* que disponibiliza mais de 8.000 fontes de informações e acesso às mais recentes notícias, análises de empresas, aos balanços financeiros, relatórios e às estatísticas setoriais, aos estudos macroeconômicos e do mercado financeiro referentes aos Mercados Emergentes. O investimento anual foi de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); e

- Certificação da Assinatura Digital para habilitar cinco servidores na tramitação dos processos de diárias e passagens do SCDP. Este valor está incluído no faturamento do Serpro e foi de R\$ 565,45 (quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

6 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 190347, relativo ao exercício de 2006 (conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não houve recomendação por parte da CGU, portanto não houve solicitação para elaboração de

Plano de providências para o exercício de 2007.

7 – Determinações do TCU Referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 016.774/2006-2, Relativo ao exercício 2005 (conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

O TCU, consoante Acórdão nº 2408/2007, adotado em Sessão da 1º Câmara, de 22/8/2007, ao apreciar o processo N° 006.703/2005-9, que trata da Tomada de Contas da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE, relativa ao exercício de 2005, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

8 – Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja Inferior àquele Estabelecido pelo Tribunal em Normativo Específico, emitido pelo setor competente, conforme Inciso I do Art. 7º da IN TCU 13/1996

Essa situação não se aplica à SEAE.

9 – Demonstrativo Relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a Aprovação da Prestação de Contas dos Recursos Financeiros Repassados, mesmo que apresentada Intempestivamente, ou tenha ocorrido e recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do Art. 7º da IN TCU 13/1996.

Essa situação não se aplica à SEAE.

10 – Demonstrativo contendo informação relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficando a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de Tomada de Contas Especial, conforme § 3º do Art 197 do RI TCU.

Essa situação não se aplica à SEAE.

11 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas.

A SEAE não recebeu nenhum caso de denúncia.

12 – Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme disposto no Anexo X, além de outras informações que julgar necessárias.

Essa situação não se aplica à SEAE.

13 – Informação sobre as entidades fechada de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.

Essa situação não se aplica à SEAE.

14 – Demonstrativo do Fluxo Financeiro de projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos Ocorridos no Ano e acumulados até o período em exame.

Essa situação não se aplica à SEAE.

15 – Resultados do Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação dos Projetos e das Instituições Beneficiadas por Renúncia de Receita Pública Federal, bem como o Impacto Sócio-Econômico gerado por essas atividades, apresentando, ainda, Demonstrativos que Expresssem a Situação Atual destes Projetos e Instituições.

Essa situação não se aplica à SEAE.

16 – Resultados da Avaliação do Impacto Sócio-Econômico das Operações de Fundos.

Essa situação não se aplica à SEAE.

17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.

Os impactos sócio-econômicos das operações da SEAE se refletem na Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Macroobjetivo da Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados e promova o desenvolvimento sustentável.

Brasília, 29 fevereiro de 2008.

PATRÍCIA ABRAHAM CUNHA DA SILVA
Assessora do Gabinete

MARIA D'ARC LOPES BESERRA
Coordenadora de Gestão

De acordo.

JULIÊTA ALIDA GARCIA VERLEUN
Chefe de Gabinete

À consideração superior.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO I - PLANEJAMENTO 2008 - ÁREA DE GESTÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

PLANEJAMENTO – 2008

ÁREA DE GESTÃO

1.1 - Diretrizes Estratégicas:

- Fortalecimento institucional da área de gestão;
- Consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados (todos compartilham responsabilidades e resultados);
 - o Pré-requisitos básicos: conhecimento preciso da legislação, atuação em projetos específicos e estruturada por metas, reuniões periódicas e frequentes, revisão crítica constante dos procedimentos, adoção das melhores práticas e postura pró-ativa);
- Desenvolvimento de mecanismos para facilitar a atuação mais integrada das áreas de gestão;
- Aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão da SEAE;
- Aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE;
- Aprimoramento da qualidade do trabalho da equipe de gestão da SEAE;
- Simplificação administrativa: análise dos processos de trabalho e dos procedimentos adotados no âmbito da área de gestão para a verificação de oportunidades de simplificação e de racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

1.2 – Metas por área de Gestão

Nº	P/A*	META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
Chefia de Gabinete					
1	A	Realizar 2 reuniões estratégicas de coordenação com a equipe de gestão de BSB e GEREN-RJ, para acompanhamento e revisão de metas, com frequência, preferencialmente, semestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I					
2	P	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
3	P	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
4	P	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERPI, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
5	P	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, GEROF, GERPI e COGES-II, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
6	P	Realizar 6 reuniões com o Colegiado de Orçamento e Finanças da SEAE, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
7	A	Conferir os produtos das metas entregues pelas áreas até 15 dias após o prazo da respectiva entrega.	Metas conferidas	Mensal	
8	P	Realizar o IV Encontro Informativo com as secretárias das recepções da SEAE-Bsb.	Encontro realizado	Até 31/10	
Gerência de Recursos Humanos – GERHU					
9	P	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
10	P	Distribuir matérias relacionadas com programas de saúde, segurança e demais assuntos relacionados com o bem estar do servidor, preferencialmente, bimestral.	Matérias distribuídas	Anual	

11	P	Treinar as unidades para uso das ferramentas disponíveis na Intranet (afastamento do País, participação em eventos, etc) e no sistema RH.	Treinamentos realizados	Até 30/06 Até 30/11	
12	P	Revisar o cadastro dos servidores da SEAE-Bsb, SEAE-RJ e SEAE-SP no Outlook.	Cadastro revisado	Até 30/07 Até 30/11	
13	P	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 31/09	
14	A	Reavaliar os serviços e o atendimento prestados pela área, a partir de possíveis mudanças ocorridas mediante o resultado da pesquisa de avaliação ocorrida no exercício de 2007.	Pesquisa realizada	Até 31/10	
15	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, inclusive a plan coletados ativos.	Conteúdo atualizado	Mensal	
16	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (plan treinamento, plan estrutura SEAE, subplan DAS ocupados, plan Lista GERHU, plan Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	
Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais - GEROF					
17	P	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
18	P	Realizar 3 workshops com a equipe da Gerência para discussão sobre a legislação, SCDP, a operacionalização no SIAFI e demais temas pertinentes.	Workshop realizado	Anual	
19	P	Diminuir em 20%, base 2007, a margem de erro em processos sujeitos a conformidade documental (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros).	20% reduzidos de processos devolvidos no ano	Anual	
20	P	Entregar aos servidores da SEAE a Declaração de Diárias Recebidas em 2007.	Declarações entregues	Até 31/01	
21	P	Atualizar o Manual GEROF que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Anual	
22	P	Enviar para a Coordenação de Gestão I a lista consolidada do pedido de compra de livros da SEAE relativo ao ano de 2008, caso haja demanda relativa à aquisição de livros na Secretaria.	Lista enviada	Até 30/08	

23	P	Realizar treinamento para as secretárias a respeito das orientações sobre diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP na SEAE-Bsb e SEAE-RJ.	Treinamento realizado	Até 31/10	
24	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
25	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (consumo cartuchos, número de cópias xerox, limpeza de ar condicionado, plan controle de diárias, plan despesa por elemento).	Planilhas enviadas	Mensal	
26	A	Enviar para o CODOC até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês subsequente de processos (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros) .	Processos enviados	Mensal	
27	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências do SCDP, inclusive detalhando o nível da pendência.	Planilha enviada	Mensal	
28	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	
29	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos relativos à Taxa de Fiscalização e à Taxa Processual que se encontram pendentes de documento comprobatório de depósito, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à GEREN-RJ.	Planilha enviada	Mensal	
30	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE-Bsb/RJ/SP.	Planilha enviada	Mensal	
Área de Suporte Documental					
31	P	Enviar, em conjunto com a GERPI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da SEAE, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	Até 30/04	
32	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha SEAE em números.	Planilha enviada	Mensal	

Gerência de Procedimentos e Processos de Informação – GERPI					
33	P	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
34	P	Realizar, em conjunto com a COGES-I e GEROF, treinamento anual para as secretárias a respeito das orientações básicas quanto à identificação e conservação de documentos, além da organização de arquivos.	Treinamento realizado	Até 31/10	
35	P	Elaborar proposta para a triagem dos documentos relativos a atividade-meio arquivados na Gerência e transferi-los para o Arquivo Intermediário ou eliminá-los, observando as normas do CONARQ.	Proposta apresentada	Até 30/11	
36	A	Atualizar o Manual GERPI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 31/10	
37	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
38	A	Manter atualizados no sistema <i>Littera</i> do Lotus Notes os cadastros da Mala Direta, preferencialmente, com frequência quinzenal.	Cadastros atualizados	Anual	
39	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês o conteúdo do sistema <i>Biblioteca/Bsb</i> do Lotus Notes.	Conteúdo atualizado	Mensal	
40	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias xerox e vistas de processo).	Planilhas enviadas	Mensal	
Coordenação de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos – COGES II					
41	P	Realizar 6 reuniões com a equipe da COGES-II, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
42	A	Manter atualizados os conteúdos pertinentes da área na <i>Intranet</i> .	Relatório de atualizações	Mensal	
43	P	Elaborar proposta de Cursos de aperfeiçoamento para equipe de informática.	Proposta elaborada	Até 31/03	
44	P	Elaborar proposta para Treinamento de usuários da SEAE (DF, RJ e SP) no contexto de Conceitos Básicos de Informática.	Proposta apresentada	Até 30/04	
45	P	Apresentar proposta para disponibilizar o conteúdo da Área Finalística na <i>Intranet</i> .	Proposta apresentada	Até 30/05	
46	P	Apresentar anteprojeto de solução de Data Warehouse (Banco de Dados) e Business Intelligence.	Anteprojeto apresentado	Até 30/06	
47	P	Apresentar proposta de revisão da Política de Segurança e Uso dos Recursos de TI.	Proposta apresentada	Até 31/07	

48	P	Apresentar proposta para sistematizar o uso das Ferramentas de Análise e Melhoria de Processos.	Proposta apresentada	Até 29/08	
49	P	Elaborar relatório de avaliação sobre a utilização dos Sistemas e Aplicativos na SEAE.	Relatório concluído	Até 29/08	
50	P	Implementar os Aplicativos Lotus Notes na WEB.	Aplicativos em produção	Até 30/09	
51	P	Apresentar proposta para aquisição de novas Licenças de Software para os servidores.	Proposta apresentada	Até 28/11	
52	A	Elaborar regras para a Nova Árvore de Diretórios da Rede Corporativa, além de orientar quanto as migrações na SEAE 2004 e SEAE 2005.	Regras elaboradas	Até 28/11	
Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ – GEREN – RJ					
53	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da gerência, com frequência, realizadas no ano preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
54	A	Realizar 6 cafés da manhã ou lanches com a equipe da Gerência, a fim de contribuir para a melhoria do clima organizacional, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Evento realizado	Anual	
55	P	Elaborar proposta para Treinamento dos servidores da GEREN-RJ.	Proposta apresentada	Até 31/03	
56	P	Entregar pasta de boas vindas aos novos servidores da SEAE-RJ, composta de: Regimento Interno (quando existir), Códigos de Ética do Servidor Público e da SEAE, Normas Operacionais de Telefonia, Código de Conduta da Alta Administração Pública Federal e Guia de Referência Básica para o usuário da Rede SEAE.	Pasta entregue	Anual	
57	A	Manter organizados os arquivos físicos de documentos e pastas funcionais existentes na NURFH.	Arquivos organizados	Mensal	
58	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês os arquivos magnéticos contendo os pedidos de aquisição de material de consumo para o almoxarifado.	Arquivos atualizados	Mensal	
59	A	Enviar para Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão, e transferência) dos bens móveis da SEAE-RJ.	Planilha enviada	Mensal	
60	P	Realizar pesquisa de satisfação em relação aos serviços e ao atendimento prestados pelas áreas NURTI, NURFH e NUPIN da GEREN-RJ.	Pesquisa realizada	Até 30/09	

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2007

61	P	Aplicar o modelo de classificação estabelecido pela SEAE-Bsb dos arquivos na árvore de diretórios para os usuários da SEAE-RJ.	Modelo aplicado	Até 28/11	
62	A	Enviar para a Coordenação de Gestão II até o dia 5 de cada mês o relatório de visitas técnicas realizadas nas Coordenações, levantando os principais problemas tecnológicos, a fim de tornar o atendimento aos usuários mais eficientes.	Relatório enviado	Mensal	
63	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerencia (consumo de cartuchos, numero de copias Xerox e de vistas de processos).	Planilha enviada	Mensal	

*Projeto/Atividade

Brasília, 26 de dezembro de 2007.

JULIÊTA ALIDA GARCIA VERLEUN
Chefe de Gabinete

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO II - PLANEJAMENTO 2008 – ÁREA FINALÍSTICA



Coordenação: GOGAP

Coordenador responsável: Juliana
Oliveira Cavalcanti

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2008

Atualização: 25/01/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Elaboração de minuta em substituição à Portaria SEAE nº 88/00	Parecer recentemente emitido pela PGFN solicitando alterações, o que gera a necessidade de novas reuniões com a Caixa Econômica Federal.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Regulação	Elaboração de Proposta de minuta em substituição ao Decreto nº 70.951 de 1972.	Minuta de Decreto em elaboração.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Regulação	Elaboração de proposta de minuta de Portaria de Captação antecipada de Poupança Popular.	Finalização da Minuta de Portaria de Captação antecipada de Poupança Popular e seu encaminhamento para a PGFN.	Em andamento, conclusão prevista para março de 2008.
Regulação	Elaboração da Minuta de Portaria de Penalidades.	Inovação quanto aos procedimentos de penalidades em Promoções Comerciais.	Em elaboração, conclusão prevista para dezembro de 2008.
Regulação	Portaria de Promoções Eletrônicas.	Planejamento junto ao PACE para contratação de equipe técnica especializada.	Em elaboração, conclusão em novembro de 2008.

Regulação	Estudo de elaboração de Projeto de Lei reformulando o Sistema atual de Análise de Promoções Comerciais.	Elaboração de Projeto de Lei reformulando o Sistema de Análise de Promoções Comerciais.	Em elaboração, conclusão em dezembro de 2008.
Regulação	Regulamentação de promoções via Internet.	Elaboração de Minuta de Portaria regulamentando as Promoções Comerciais via Internet.	Em elaboração, conclusão em dezembro de 2008.
Regulação	Estudo de elaboração de Projeto de Lei relativo a Planos Funerários.	Minuta de Projeto de Lei em elaboração.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Introdução no site da Seae de pareceres de Captação antecipada de Poupança Popular.	Encaminhamento de relatório ao setor de informática.	Realização prevista para abril de 2008.
Promoções Comerciais	Estudo sobre loterias em Jockey Clubs.	Produção de Nota Técnica de modalidade de Loterias exploradas em Jockey Clubs.	Elaboração prevista para dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	SUNAB	Minuta de Portaria visando regulamentar os procedimentos e as competências da SEAE.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Loterias estaduais	Pesquisa em andamento.	Em elaboração, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Intensificar a fiscalização de Promoções Comerciais.	Preparar Relatório anual de fiscalizações.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Leilões reversos (menor lance único).	Buscar entendimento com o Ministério Público e a PGFN,	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.

		para o enquadramento da Lei 5.768/71, aos leilões reversos.	
Promoções Comerciais	Programas de Tv (hyper Qi e Insomnia)	Buscar entendimento com o Ministério Público e a PGFN, para o enquadramento da Lei 5.768/71, as modalidades de entrega de prêmios em programas de TV.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Interatividade em TVs digitais.	Meio de regulamentar autorizações instantâneas.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.
Promoções Comerciais	Workshop – Unificação de entendimentos com a Caixa.	Projeto de unificação de entendimentos com a Caixa, relativo aos posicionamentos quanto as Promoções Comerciais.	Em andamento, conclusão prevista em dezembro de 2008.



Coordenação: COGCE

**Coordenador responsável: Claudia
Vidal Monnerat do Valle**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 30 / 01 / 08

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação			
Defesa da Concorrência	Revisão da Literatura Antitruste sobre Exercício de Poder Coordenado	Nota técnica ou Documento de Trabalho	Primeiro semestre 2008
	Revisão da Proposta de um Novo Guia de Análise (AC Horizontal, Integração Vertical, Poder Coordenado e Poder Monopsônico)	Novo Guia	A ser negociado com SDE
	Estudo sobre os efeitos concorrenciais dos acordos de co-marketing no mercado de medicamentos	Nota técnica ou Documento de Trabalho	Primeiro semestre 2008
	Análise da Jurisprudência Internacional nos casos de ACs envolvendo grandes lojas de varejo	Nota técnica ou Documento de Trabalho	Primeiro semestre 2008

	Estudo sobre Intertemporalidade na Análise Antitruste	Nota técnica ou Documento de Trabalho	Segundo semestre 2008
	Análise anti-truste no setor de transportes	Nota técnica ou Documento de Trabalho	Segundo semestre 2008



**Coordenação-Geral de Concorrência
Internacional - COGCI**

**Coordenador responsável:
Andrea Pereira Macera**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Agenda de Trabalho 2008**

Atualização: 01/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	-	-	-
Defesa da Concorrência	-	-	-
Advocacia da Concorrência	Lista de Exceção à TEC (análise de inclusão/exclusão/manutenção de produtos).	Nota Técnica	Janeiro e Julho
	Comitê de Tarifas do Mercosul – CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)	Nota Técnica	Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
	Antidumping (análise de impacto sobre a cadeia produtiva)	Nota Técnica	Depende das reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
	Guia para análise antidumping (projeto em desenvolvimento no âmbito do PACE)	Seminário e guia	Julho

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 69/00 (análise de pleitos de redução tarifária para casos de desabastecimento).	Nota Técnica	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.
	Avaliação e transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva (projeto a ser desenvolvido em parceria com a FGV/RJ).	Seminário e relatório com metodologia desenvolvida.	12 meses a contar da data de aprovação do projeto pela SE/MF.
	Atualização sistemática de banco de dados (SIGIN e índices de preços).	Banco de dados	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.
Acompanhamento Internacional	Interface com organismos internacionais que tratam de concorrência(OCDE, UNCTAD...)	Resposta a questionários, manifestações a estudos e elaboração de papers.	Depende da demanda.
Promoções Comerciais	-	-	-
Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda.



Coordenação: COGCM

**Coordenador responsável:
Marcelo de Matos Ramos**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 21/02/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Fixar o reajuste da ECT em 2008	Portaria	Marco Legal
Regulação	Fornecer informação ao Gabinete sobre evolução dos preços	Boletins de Acompanhamento	Trimestral
Defesa da Concorrência	Posicionar o CADE quanto ao AC Tim Telefônica	Parecer AC	Indeterminado
Projeto de Lei	Posicionar a Assessoria Parlamentar do MF com relação aos PLs sob responsabilidade da COGCM	Parecer PL	Indeterminado, a medida em que os PLs forem sendo distribuídos no decorrer do ano
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do fator X definitivo	Pareceres analíticos de normas regulatórias = fator X definitivo	Indeterminado

Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do leilão do WiMax	Pareceres analíticos de normas regulatórias = Wimax	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do regulamento de telefonia em áreas rurais	Pareceres analíticos de normas regulatórias = telefonia em áreas rurais	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do regulamento de renovação de contratos de concessão	Pareceres analíticos de normas regulatórias = renovação de contratos de concessão	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do modelo de custos	Pareceres analíticos de normas regulatórias = modelo de custos	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do regulamento de <i>unbundling</i>	Pareceres analíticos de normas regulatórias = regulamento de <i>unbundling</i>	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do regulamento de condições de uso de sistemas convergentes	Pareceres analíticos de normas regulatórias = regulamento de condições de uso de sistemas convergentes	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da nova licitação do Wimax	Pareceres analíticos de normas regulatórias = nova licitação do Wimax	Indeterminado

Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da revisão da regulamentação do SCM	Pareceres analíticos de normas regulatórias = revisão da regulamentação do SCM	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da atualização e unificação de regulamentação para tratar dos serviços de valor adicionado	Pareceres analíticos de normas regulatórias = atualização e unificação de regulamentação para tratar dos serviços de valor adicionado	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do regulamento de uso eficiente do espectro	Pareceres analíticos de normas regulatórias = regulamento de uso eficiente do espectro	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da renovação de outorgas do MMDS	Pareceres analíticos de normas regulatórias = renovação de outorgas do MMDS	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública do PGMU3	Pareceres analíticos de normas regulatórias = PGMU3	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da revisão do PMU2 do Fust	Pareceres analíticos de normas regulatórias = PMU2 do Fust	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da revisão do regulamento do PGMU para tratar de dispositivos remetidos para regulamentação específica	Pareceres analíticos de normas regulatórias = regulamento do PGMU para tratar de dispositivos remetidos para regulamentação específica	Indeterminado

Advocacia da Concorrência	Preparar a contribuição na consulta pública da licitação da Banda H para o 3G	Pareceres analíticos de normas regulatórias = Banda H	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Preparar as contribuições nas consultas públicas da revisão dos contratos do STFC	Pareceres analíticos de normas regulatórias = contratos do STFC	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Acompanhamento da implementação da TV digital	Pareceres	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Acompanhamento da implementação da política de incentivos fiscais para o audiovisual	Pareceres	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	Diagnóstico concorrencial sobre sistemas de pagamento	Estudo sobre cartões de crédito	Fim de 2008
Advocacia da Concorrência	Formalização do processo de análise: adoção do Guia de Análise Concorrencial da OCDE	90% das análises feitas segundo o Guia	Fim de 2008
Advocacia da Concorrência	Participação no Comitê gestor do Pro-Reg (programa de fortalecimento da regulação)	Notas técnicas sobre andamento dos trabalhos do Comitê	Durante ano 2008



**Coordenação: Coordenação-Geral de
Competitividade e Análise Setorial
(COGCS)**

**Coordenador responsável: Dyogo
Henrique de Oliveira**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2008

Atualização: 28 / 01 / 2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	preços	Boletim de acompanhamento da inflação	mensal
Acompanhamento Setorial	Produção industrial	Boletim de acompanhamento da produção industrial	mensal
Atos normativos	Projetos de Lei	Pareceres	Depende da apresentação de projetos no Congresso nacional
Acompanhamento Setorial	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Relatórios de acompanhamento	bimestral
Acompanhamento Setorial	Política industrial e tecnologia	Notas técnicas de análise e proposição de medidas	indefinido



Coordenação: COGDC

Coordenador responsável:
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2008

Atualização: 10/01/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Saneamento: panorama geral de sistemas comparados (Chile e Inglaterra)	Elaboração de nota técnica descrevendo o sistema chileno de saneamento básico.	Prazo Indefinido (Aguarda agenda para missão no Chile)
Regulação	Saneamento: estudo sobre diferenças regionais	Proposta de estudo em conjunto sobre temas regulatórios (celebração de convênio com a SABESP).	Prazo Indefinido (Em andamento)
Regulação	Saneamento: Regulamentação do dispositivo legal sobre interrupção dos serviços (art. da Lei nº 11.445/2007).	Contribuições no âmbito do grupo de trabalho a ser formado entre SEAE e DPDC.	Prazo Indefinido (Aguarda formação do grupo de trabalho)
Regulação	Saneamento: Regulamentação da Lei nº 11.445/2007	Elaboração de nota técnica com diagnóstico a respeito da regulamentação.	Abril 2008
Regulação	Serviços Funerários	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço	Fevereiro 2008
Regulação	Serviços Funerários	Parecer analítico de regras regulatórios	Prazo Indefinido (aguardando)

			possível celebração de convênio com o Distrito Federal)
Regulação	Serviços de Táxi	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço.	Prazo Indefinido (aguardando possível elaboração de convênio com município para elaboração de análise)
Advocacia	Mercado de cartórios	Contribuições no âmbito do grupo de trabalho a ser formado entre SPE, SEAE, PGFN	Prazo Indefinido (Em andamento)
Defesa da Concorrência	Análise de 51 Procedimentos Administrativos, Averiguações Preliminares e Processos Administrativos.	Parecer com o posicionamento da SEAE sobre os casos	Dezembro 2008
Análise de Atos Normativos	Alteração na lei que regula montadoras e concessionárias (PL n° 03456/2004)	Nota técnica com o posicionamento da SEAE	Mai 2008
Análise de Atos Normativos	Resíduos Sólidos: análise do PL n°. 1991/2007	Nota técnica com diagnóstico a respeito da regulamentação	Fevereiro 2008
Análise de Atos Normativos	Alteração do Código de Defesa do Consumidor (Pl. n° 901/2007)	Nota técnica com o posicionamento da SEAE	Janeiro 2008



Coordenação: COGEN

Coordenador responsável: Rutelly
Marques da Silva

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2008

Atualização: 28 /02/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Consultas e Audiências Públicas realizadas pela ANEEL e ANP e Resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer	Depende das datas estabelecidas pelas agências para as Consultas e Audiências públicas e das datas em que CNPE e CIMA se reunirão.
Regulação	Estudo sobre tarifas TUST e TUSD	Nota informativa	Fevereiro/2008.
Regulação	Setor de gás natural	Documento de trabalho	Fevereiro/2008.
Regulação	Setor de exploração de petróleo e gás natural	Nota informativa sobre os resultados das licitações dos blocos de exploração	Setembro/2008.
Defesa da Concorrência	Análise dos 04 Atos de Concentração envolvendo empresas Petrobras, Ultra, Braskem e Ipiranga	Parecer com posicionamento da SEAE sobre a operação	03 AC's: Fevereiro/2008 01 AC: Prazo depende do andamento da instrução processual.
Análise de Atos Normativos	PL's em tramitação no Congresso Nacional e	Parecer com o posicionamento da Seae para o MF.	Emitir 30 pareceres até dezembro/2008
Análise de Atos Normativos	Lei do Gás Natural	Notas técnicas conforme alterações do projeto de lei	Depende das modificações que forem feitas pelo Congresso Nacional no PL que se

			encontra em tramitação
--	--	--	------------------------



**Coordenação: Coordenação-Geral de
Economia da Saúde (COGSA)**

**Coordenador responsável: Leandro
Fonseca da Silva**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2008

Atualização: 20/12/2007

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Análise do reajuste de medicamentos	Nota Técnica	Março/08
Regulação	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota Técnica	Junho/08
Acompanhamento Setorial	Análise da evolução dos preços de planos de saúde	Nota Técnica	Abril/08
Regulação	Estudo sobre viabilidade de implantação de poupança-saúde (HSA) no Brasil	Nota Técnica	Julho/08
Regulação	Estudo sobre impacto da judicialização da saúde	Nota Técnica	Março/08
Regulação/Advocacia da Concorrência	Desenvolvimento de metodologia de mapeamento de mercados relevantes de medicamentos	Documento de Trabalho	Julho/08

Regulação/Advocacia da Concorrência	Análise dos incentivos regulatórios ao P&D da indústria farmacêutica	Documento de Trabalho	Fevereiro/08
Advocacia da Concorrência	Análise das restrições à comercialização de medicamentos	Nota Técnica	Abril/08
Regulação	Análise da sustentabilidade do sistema de saúde suplementar	Documento de Trabalho	Outubro/08
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	N/A
Defesa da Concorrência	Análise de Atos de Concentração relevantes no setor de planos de saúde	Parecer Técnico	N/A



Coordenação: COGTL

Coordenador responsável: Christiane
Maranhão de Oliveira Barbosa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento de 2008

Atualização: 08/01/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Ferrovias: Projeto Ferroanel	Contribuições no âmbito da força-tarefa no tocante ao arranjo institucional, ao estudo de demanda no modal ferroviário, à modelagem financeira e aos aspectos jurídicos relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.	Prazo indefinido (em andamento).
Regulação	Ferrovias: Análise das minutas de resolução da ANTT	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2008
Regulação	Ferrovias: Concessão do tramo sul da Ferrovia Norte-Sul	Nota técnica com análise da modelagem econômica da concessão, bem como do edital e do contrato com enfoque nos aspectos pró-concorrenciais e na regulação tarifária.	Prazo indefinido (depende do Ministério dos Transportes)

Regulação	Ferrovias: Estudo sobre regras de acesso ferroviário (direito de passagem e tráfego mútuo)	Relatório sobre a experiência internacional, contendo proposta de aperfeiçoamento do marco regulatório. Relatório deve ser elaborado pelo consultor contratado sob supervisão da COGTL.	Dezembro de 2008
Regulação	Aéreo: Alteração do CBA	Nota técnica contendo propostas de atualização do Código.	Dezembro de 2008
Regulação	Aéreo: Infra-Estrutura Aeroportuária	Nota técnica contendo propostas de alteração da atual regulação/administração de infra-estrutura.	Dezembro de 2008
Regulação	Aéreo: Regulação Transporte Internacional	Nota técnica contendo propostas sobre alocação de frequência, preços mínimos, participação de capital estrangeiro, dentre outras.	Dezembro de 2008.
Regulação	Aéreo: Análise das minutas de resolução da ANAC	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2008
Defesa da Concorrência	Aéreo: Análise de ato de concentração	Parecer sobre o ato concentração VARIG-GOL	Junho de 2008
Regulação	TRIIP: Análise das minutas de resolução da ANTT	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2008
Regulação	TRIIP: Novas licitações das linhas de TRIIP	Parecer sobre o plano de outorga de licitação de linhas do setor	Fevereiro de 2008

Regulação	Aquaviário: Gestão Portuária	Relatório sobre a gestão do Porto de Santos	Março de 2008
Regulação	Aquaviário: Panorama Cabotagem	Nota técnica com visão geral sobre cabotagem, gargalos e possíveis soluções.	Abril de 2008
Regulação	Aquaviário: Análise das minutas de resolução da ANTAQ	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2008
Regulação	Aquaviário: Retomada do Programa de Harmonização das Atividades de Agentes de Autoridades nos Portos - PROHAGE	Nota informativa com a proposta de articulação de governo para a retomada do PROHAGE.	Dezembro de 2008
Regulação	PPP: BR-116/324	Nota técnica sobre estudo de viabilidade econômico-financeira, minutas de edital e de contrato.	Dezembro de 2008
Regulação	Concessões Rodoviárias: 3º Lote	Nota técnica sobre estudo de viabilidade econômico-financeira, minutas de edital e de contrato.	Prazo indefinido (depende da ANTT)
Regulação	Concessões Rodoviárias: Análise do reajuste e da revisão da ECOSUL	Nota técnica com análise do reajuste e da revisão da ECOSUL	Fevereiro de 2008
Regulação	Concessões Rodoviárias: Histórico da licitação do 2º lote	Nota informativa com a apresentação das principais contribuições da SEAE no processo licitatório do 2º lote, bem como do resultado da licitação.	Julho de 2008
Regulação	Concessões Rodoviárias: Análise das minutas de resolução da ANTT	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2008

**ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO**

Tabela 9 – Cartão de Crédito Corporativo 2005, 2006 e 2007

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2005

NOME DO SUPRIDO: ALVARO DA CUNHA DIAS

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
03/03/05	SAQUE	MARUDA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	17451	Água mineral Natural de 20 litros	67 Un.	187,60
15/03/05	SAQUE	13º OFÍCIO DE NOTAS	299	Serviço de reconhecimento de firma	01 Un.	3,68
15/03/05	SAQUE	RICK & DÉIA 40 GRAUS COMÉRCIO DE ÁGUAS E BEBIDAS LTDA	1683	Água mineral de 20 litros	18 Un.	72,00
21/03/05	SAQUE	RICK & DÉIA 40 GRAUS COMÉRCIO DE ÁGUAS E BEBIDAS LTDA	1691	Água mineral de 20 litros	20 Un.	80,00
28/03/05	SAQUE	PAPELARIA CHARME DO CASTELO LTDA	0374	Copo para água 200 ml. c/ 100	40 Pct.	130,00
08/04/05	SAQUE	PAPELARIA ARAÚJO PORTO ALEGRE LTDA	042	Serviço de encadernação de 100 à 200 folhas	01 Un.	6,00
02/06/05	SAQUE	MILLENIUM COMÉRCIO ALIMENTÍCIO LTDA	1728	Detergente LIMPOL 500 ml.	10 Un.	12,90
13/07/05	SAQUE	WCW - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO	0283	Carimbo de madeira Serviço de encadernação	02 Un. 01 Un.	10,00 3,50
15/07/05	SAQUE	PAPELARIA MÉXICO RIO LTDA	1192	Bloco de nota fiscal avulsa Bloco	01 Un.	22,00
16/08/05	SAQUE	L.F.D 2003 COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	1789	Detergente coco 500 ml biobrilho	10 Un.	8,90
18/08/05	SAQUE	L.F.D 2003 COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	1887	Bom AR floral fresh 12ml Bom AR click spray lavan	01 Un. 01 Un.	7,90 7,90
22/08/05	SAQUE	WCW - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO REPRESENTAÇÃO LTDA	0297	Carimbo de madeira c/cavo redondo Carimbo confidencial c/ cavo Carimbo c/1 linha Carimbo c/3 linhas	02 Un. 01 Un. 02 Un. 01 Un..	30,00 10,00 4,00 6,00
01/09/05	SAQUE	PAPELARIA MÉXICO RIO LTDA	5602	Pasta susp kraft	08 Un.	79,20
23/09/05	SAQUE	PAPELARIA CHARME DO CASTELO LTDA	6247	Pasta L. fina transp Protet plast 0,12/DF.CEN	05 Un. 01 Un.	35,00 14,50
29/09/05	SAQUE	WCW - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO REPRESENTAÇÃO LTDA	0302	Carimbo 3 linhas	01 Un.	12,00
06/10/05	CARTÃO	PAPELARIA MÉXICO RIO LTDA	6242	Caneta bic cristal AZ 5 Grampo 23/13 ACC Grampo 23/10 ACC Grampo 23/8 ACC Grampo 23/6 ACC	01 Un. 04 Un. 04 Un. 04 Un. 04 Un.	35,00 18,00 15,60 12,00 11,20
06/10/05	CARTÃO	L.F.D 2003 COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	4551	Bombril c/ 8 U Det Limpol nat 500ml	10 Un. 14 Un.	19,80 18,06
07/10/05	CARTÃO	SÃO PEDRO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	053190	Coador nº 7 flanela Coador nº 10 flanela Colher torruada nº 9 40 cm fadura Fervedor nº 14 2 litros vigor hofur	02 Un. 02 Un. 02 Un. 02 Un.	8,48 9,62 7,34 32,18
					TOTAL	930,36

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2005

NOME DO SUPRIDO: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
07/03/05	SAQUE	HIGH TECH CELULAR	22302	Serviço prestado no aparelho celular Sony Ericsson	01 Un.	20,00
11/03/05	SAQUE	FUJIOKA CINE FOTO	83978	Pilha Panasonic Alcalina pequena	02 Cx.	5,52
				Fita EMTEC ferr. C90	03 Un.	9,57
24/05/05	SAQUE	DIGIMAQ SERVIÇOS E MÁQUINAS P/ ESCRITÓRIO LTDA	4144	Conserto em máquina de escrever IBM 196,troca de tensor e revisão geral	01 Un.	110,00
31/05/05	SAQUE	JO ELETRÔNICA LTDA	0323	Conserto em forno microondas CCE	01 Un.	125,00
07/06/05	SAQUE	EUSTÁQUIO REFRIGERAÇÃO	724	Serviço de solda inox em Bule de café	01 Un.	20,00
08/06/05	SAQUE	PILOTO CARIMBOS	0647	Recorte em vinil	01 Un.	18,00
09/06/05	SAQUE	ZAPP PAPELARIA	0778	Maleta polionda de 4 cm Simples	01 Un.	15,00
10/06/05	SAQUE	IRIS SHOP TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	1146	Fio para telefone CCI com 2 pares	30 Mt.	11,10
				Tomada para telefone 4 x 2 Fêmea Pad. 1 Jack	02 Un.	12,40
10/06/05	SAQUE	REI DAS EMBALAGENS COMERCIAL LTDA	77746	Papel Ondulado de 1,20 m	9,78 Kg	23,47
				Filinho rafia Color 05 com aproximadamente 300 mts	01 Kg	6,39
17/06/05	SAQUE	PAPELARIA ABC	21638	Fichario YES Personalizar 4 argolas Tran	01 Un.	11,30
23/06/05	SAQUE	PAPELARIA CORARTE	15867	Pasta com 4 argolas ELETRON	01 Un.	20,00
08/07/05	SAQUE	IBGE	792	Série Rel. Met-V.21/01-SNIPC - EST. POND.POF/95-96- Metodologia	01 Un.	15,00
				Série Rel. Met-V.21/01-SNIPC - Estrutura POND Pesos Reg. TRAD.	01 Un.	20,00
11/07/05	SAQUE	PAPELARIA CORARTE	13522	Grampo Trilho DELLO com 25	40 Pct.	160,00
12/08/05	SAQUE	PANANORTE TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	16071	Filme P/ FAX	02 Un.	126,00
				Pilha Alkalina panasonic AA	01 Un.	5,00
01/09/05	SAQUE	POLYTEC ar condicionado	1716	Substituição de uma gaveta em uma geladeira eletrolux modelo r 360	01 Un.	120,00
08/09/05	CARTÃO	ELETRICA MOISES LTDA	11032	Filtro lark ferro/03 de l	02 Un.	49,00
				Fita dupla face 3m 2mts	01 Un.	16,88
21/09/05	SAQUE	BANDEIRA médico-hospitalar ltda	4690	Conserto de umidificadores m/soniclear plus 2001	04 Un.	220,00
29/09/05	CARTÃO	PAPELARIA ABC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	32085	Grafite escolar sertic big tree 0,7 mm B	10 Un.	6,90
13/12/05	CARTÃO	DROGARIA NOVA DISTRITAL LTDA	2686	Alcool litro	06 Un.	25,14
				Algodão apolo	06 Un.	21,06
16/12/05	CARTÃO	L.F.D 2003 COMÉRCIO ALIMENTÍCIO LTDA	5084	Detergente brionor neutro500ml	16 Un.	14,24
				Açucar 1K união	15 Un.	23,85
16/12/05	CARTÃO	PAPELARIA MEXICO RIO LTDA	7467	Envelope 27x37 KR PD	100 Un.	40,00
				Envelope 31x41 KR PD	200 Un.	90,00
				Fita Adesiva 48X45M TEC	05 Un.	14,50
				Pasta susp marm/10	10 Un.	138,00
				Pasta yes I OF	20 Un.	24,00
				Flanela 40x50	05 Un.	12,50
16/12/05	CARTÃO	IRMÃOS CASTRO MATERIAIS E MALAS LTDA	118404	Torneira de bebedouro	05 Un.	102,00
16/12/05	CARTÃO	187 CENTRAL CARIOCA DE PECAS LTDA EPP	1779	Carrapeta 1/2 nylon	05 Un.	4,00
				Resistencia caf 1500w 110v	02 Un.	90,00
20/12/05	SAQUE	WCW COMÉRCIO IMPORTAÇÃO	326	Carimbo de madeira c/tres linha	01 Un.	8,00
				Encadernação	01 Un.	3,50
					TOTAL	1.669,32

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2006

NOME DO SUPRIDO: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
09/02/06	CARTÃO	PAPELARIA ABC	044693	ENV SCRITY 114X162 75G	20 Bt.	9,80
10/02/06			044871	POPP RPC 32 10 UM		
08/09/06			065246	ENV CELUCAT 114X162 RPC 10 10 UM	10 Bt.	9,90
				PAPEL COUCHE BRILHO A4 15DG.50 FLS	08 Pc.	54,00
17/02/06	CARTÃO	SUPERMERCADO VENEZA	007990	PILHA RAYOVAC 2X1 ALCALINA PEQUENA AA	12 Un.	46,68
02/03/06	SAQUE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE	864	NBRIS09001	01 Un.	62,40
28/04/06	CARTÃO	PANANORTE	3827	FILME P/ FAX PANASONIC PED. 26002	01 Un.	53,00
18/08/06	CARTÃO	A ELETRICA DOURADO	1511	FILTRO DE LINHA DE 3 TOMADAS PINO TIPO "T"	04 Un.	80,00
					04 Un.	10,00
24/08/06	CARTÃO	PAPEL ART SHOP	505/1	PLASTICO POLASEAL 80X110 BOMIC C/100 ROYAL	01 Pct.	32,80
				PLASTICO POLASEAL OF	50 Un.	80,00
				FITA MICROCASSETTE MC60 MAXELL PctC/3	03 Pct.	60,75
03/10/06	SAQUE	ER-EUSTÁQUIO REFRIGERAÇÃO	1342	CONS. EM MAQ. DE CAFÉ UNIVERSAL PO+1:65536T. PATRIMONIO Nº 332413	01 Un.	120,00
24/11/06	CARTÃO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE	003639	PALESTRAS DE 61ª CONGRESSO ANUAL DA ABNT- REALIZADO EM 2006	01 Un.	79,00
08/12/06	SAQUE	MCG-PAPELARIA E INFOMÁTICA	077	PAPEL P/ CARTÃO BRC.180GRS. PCTC/50	20 Un.	200,00
13/12/06			000953	FITA CREPE 50X50M		
				ADELBRAS / ADELBRAS	07 Fl.	38,50
				FITA PVC 48X50M MARROM	10 Un.	25,00
				TECTAP / TECTAP		
				CANETA BIC CRISTAL AZUL CX C/50UND / BIC	03 Cx.	68,70
					TOTAL	1.030,53

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007

NOME DO SUPRIDO: SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	239	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	30,00
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	242	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	30,00
22/03/07	SAQUE	ETIGRAF ETIQUETA GRÁFICA LTDA	509	COFECÇÃO DE ETIQUETAS EM PAPEL LARANJA FLUORESCENTE, MEDINDO 4,5x1,3cm, CANTOS ARREDONDADOS, IMPRESSÃO PRETA	1.000 Un.	210,00
23/03/07	CARTÃO	LAV & LEV	36	LAVAGEM DE CORTINAS	06 Un.	200,00
23/05/07	CARTÃO	SUPER LOJA DA CONSTRUÇÃO SÓ REPAROS	334296/1	WD 40 SPRAY 300ML	01 Un.	14,50
23/05/07	CARTÃO	FERRAGENS PROGRESSO LTDA	2319	LINHA DE NYLON, 90x100MT	01 Un.	11,00
25/05/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	548	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	28,00
29/06/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	586	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	25,00
14/08/07	SAQUE	BANDEIRA MÉDICO-HOSPITALAR LTDA	398	CONCERTO EM UMIDIFICADORES ML SONICLEAR	04 Un.	190,00
21/09/07	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL CERVANTES A A P	TR=0304	PUBLICAÇÃO DO PRÊMIO SEAE DE MONOGRAFIAS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA	01 Ass.	168,00
11/12/07	SAQUE	CONTROLE NET TECNOLOGIA LTDA	28621	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA HDD (456667)	02 Un.	360,00
					TOTAL	1.266,50

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007

NOME DO SUPRIDO: MARIA ANGELA MOREIRA CARNAVAL

DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/02/07	CARTÃO	DIGIFAX ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	9166	BOBINA DE FAX / BROTHER 575	04 Un.	140,00
28/03/07	CARTÃO	KALUNGA COM. E IND. GRÁFICA LTDA	23561	COLA BRANCA 90gr BIC	2 Cx.	22,50
24/05/07	SAQUE	GRÁFICA SUPREMA LTDA	14766	IMPRESSÕES EM ALTO RELEVO SECO EM FOLHAS A4 PARA CERTIFICADOS DE PRÊMIOS E SORTEIOS	350 Un.	280,00
					TOTAL	442,50